

# É cara de um, focinho do outro PT e PMDB planejam morrer de mãos dadas nas próximas eleições

**1**  
REAL  
BRASIL

Nas bancas  
toda quarta  
e sexta-feira

**HORA  
DO POVO**

ANO XXVIII - Nº 3.586 8 e 9 de Novembro de 2017



Bolívia deve ter  
uma saída para  
o mar, defende  
Tina, Miss Chile

“Queremos que sigam lutando por seus direitos”, afirmou a miss chilena Valentina Schnitzer, na final do concurso Rainha Hispano-americana de Beleza, na Bolívia. Para Tina, como também é conhecida, “é uma questão de justiça”. **Pág. 7**

Impunidade criou  
um país de ricos  
delinquentes, diz  
ministro do STF

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, afirmou que uma das causas da corrupção no Brasil é a existência de um “direito penal incapaz de punir a criminalidade de colarinho branco e que criou um país de ricos delinquentes”. **Página 3**

Nenhuma multa,  
ninguém punido,  
dois anos após  
crime ambiental  
em Mariana (MG)

O maior crime ambiental da história do Brasil completou dois anos, assim como a impunidade dos responsáveis pela tragédia. A ação criminal que responsabiliza as mineradoras Samarco, Vale, BHP Billiton, a VogBR, e mais 22 pessoas pelo rompimento da barragem de Fundão está suspensa pela Justiça Federal. **Página 4**

Povo não sente, mas Temer criou 1 milhão de empregos neste ano, explica Meirelles

Êta povo insensível e ingrato com seus governantes! Ou será que ele não sente os efeitos da “recuperação da economia” e da “criação de 1 milhão de empregos” porque ambas não existem? **Página 2**

Roubaram bilhões e adotaram programa tucano que pôs economia na lona. Mas apostam que o povo não liga para isso

Ricardo Stuckert

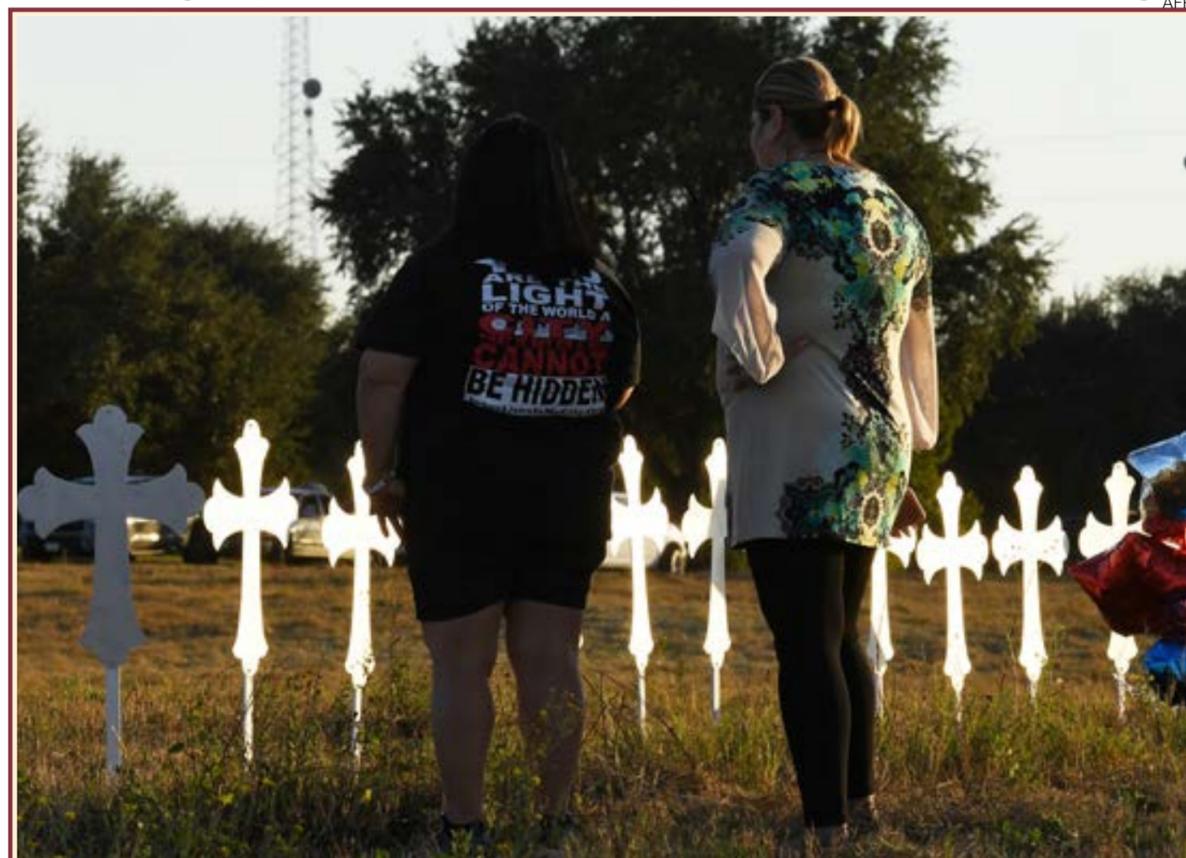
Lula anunciou, em Minas, que “perdoa os golpistas”. O líder do PT na Câmara fala em alianças com o PMDB – e duradouras. No Ceará, o senador lavajatista Eunício Oliveira, do PMDB de Temer, declara que seu candidato é Lula. Em Alagoas, a dupla Renan e Renanzinho recebe rasgados elogios de Lula. A presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, declara que a aliança do PT “é com o povo brasileiro”. A que povo, será, que pertence o PT? “Povo brasileiro” deve ser como o PT considera o Jucá – que declarou que não há problemas na aliança com o PT – e outros próceres pe-



Lula com Renan e Renanzinho: bloco dos sujos em AL medebistas, conhecidos por sua honestidade, vida ilibada e caráter sem mácula. Geddel e Cunha se preparam, na cadeia, para gravar o programa do PT. Em suma, trata-se de uma aliança de ladrões contra a Operação Lava Jato, na tentativa de implantar a sua impunidade perpétua no país. **P.3**

## Aposentados fazem ato nacional dia 9 contra ataque à Previdência

Manifestação para barrar assalto às aposentadorias será na Praça da República - SP



A COBAP (Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos) está organizando junto com a FAPESP (Federação dos Aposentados do Estado de São Paulo) um grande ato no centro de São Paulo, contra os ataques à Previdência e também pela recriação do Ministério da Previdência Social. O ato será nesta quinta-feira, (9), e a concentração na Rua 24 de Maio, próximo à Praça da República. “Relatório com 253 páginas elaborado pelo Senado durante a histórica CPI concluiu que não existe déficit nas contas da Previdência Social. O sistema previdenciário dá lucro ao governo”, afirma o presidente da COBAP, Warley Martins. “A CPI provou e comprovou: a Previdência não tem ROUBO, tem ROUBO!”, frisou. **Pág. 5**

Pilantra mantém fundo em paraíso fiscal por filantropia

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, declarou que o depósito de 10 mil dólares que fez em conta no exterior, nas Bermudas, em 2002, para fundar a Sabedoria Foundation, foi por pura filantropia. “Essa entidade é filantrópica, visa investir recursos em educação no Brasil”, disse o ministro que recebeu R\$ 180 milhões da JBS para “não fazer nada”, entre 2012 e 2016, quando presidente do Conselho de Administração da J&F. **P. 2**

## Ex-soldado dos EUA mata 26 e fere 20 em igreja no Texas

A matança de inocentes a tiros e sem explicação por um atirador desvairado voltou a ocorrer nos EUA, na cidadezinha de Sutherland Springs, no Texas, com um ex-soldado da Força Aérea disparando com um AR-15 contra as pessoas que participavam de um culto. As vítimas têm idade entre 1 e 77 anos, 8 delas da mesma família. **Página 7**

## Marqueteiro conta caixa 2 de Cabral, Paes e Pezão

Pág. 4

# Povo não sente “recuperação da economia” porque não existe

**Paim denuncia assaltantes da Previdência superavitária**

O senador Paulo Paim, que presidiu a CPI da Previdência Social no Senado, afirmou na sexta-feira (3) que “tem ladrão na Previdência”.

“Façam uma Operação Lava Jato sobre os grandes devedores, os que caminham na linha da fraude, da corrupção e do desvio do dinheiro da Previdência para outros fins. A tal reforma da previdência não tem lógica, não tem sentido. Eu diria que é impopular, é inconstitucional, não trabalha com a verdade e só vai interessar ao sistema financeiro porque eles são os grandes devedores. Quem mais deve para a Previdência são os bancos”, disse em discurso no Plenário.

Paim denunciou o desvio dos recursos da Previdência através da DRU (Desvinculação de Receitas da União), recursos desviados para pagar juros aos bancos. “Nós falamos há décadas e décadas que a Previdência é superavitária. Eles diziam que não. Veio, então, a DRU e tirou 20%. Como eu tiro 20% de algo que sei que não tem caixa? Só vou tirar do que tem. Vem o governo atual e retira 30% ainda. E porque ele sabe que tem lastro, ele sabe que tem fundo”, afirmou o senador.

Ao resgatar o resultado da CPI que concluiu que a Previdência é superavitária, ressaltou: “Nós fomos a fundo na gestão, por décadas e décadas a nossa Previdência não terá déficit, apesar de tudo que já desviaram”, afirmou Paim no Plenário.

“Eu digo só daqui para frente. Mas vamos cobrar esses mais de R\$1 trilhão dos grandes devedores. Não é só com a Previdência. Eu digo que esse é R\$1 trilhão pronto para ser executado. E eles dizem que dá para arrecadar 94,1%. Desse R\$1 trilhão, em torno de R\$500 bilhões é da Previdência. Estou falando do atual, agora; não estou falando do acumulado, da Constituinte para cá, que não foi recolhido muitas vezes. Mas agora é dívida pronta para ser executada. Dá para arrecadar 94,1% se derem estrutura para os procuradores da Fazenda – dados deles, lá”, disse sobre o assalto ao bolso do trabalhador. “Entrou o do Fundo, e não entrou o da Previdência. Meteram a mão!”.

## Relatório da MP do Funrural prevê anistia de 100% a sonegadores da Previdência

A Medida Provisória (MP) que anistia produtores rurais e grandes proprietários de terra de suas dívidas com a Previdência ganhou uma nova versão, mas teve a votação adiada na Câmara após parlamentares pedirem vistas do relatório da deputada Tereza Cristina (PSB-MS).

Depois de a chamada “Bancada do Refis” no Congresso ter conseguido com o apoio do governo descontos maiores para as suas dívidas, a bancada ruralista resolveu exigir benefícios ainda maiores para a “regularização” da dívida da ordem de R\$ 17 bilhões que os produtores têm com o Funrural – que é a contribuição paga à Previdência Social pelos produtores rurais que empregam trabalhadores.

Com prazo apertado para ser votada, a MP do Funrural prevê agora o abatimento completo de juros e multas para dívidas parceladas por



“Ele quer mesmo é manter o país no buraco”

## Parente aumenta gás de cozinha e culpa “inverno no hemisfério norte”

Em plena crise, o governo Temer aumentou mais uma vez o preço do gás de cozinha (GLP), de 13 quilos, usados por milhões de famílias brasileiras em seus domicílios. Um aumento de 54% no preço do produto de primeira necessidade desde junho, quando Pedro Parente, presidente da Petrobrás, decidiu vincular o reajuste de acordo como as variações do comércio monopolizado dos derivados de petróleo a nível internacional.

O anúncio do aumento do preço de 4,5%, em média, nas refinarias passou a valer no domingo (5). Segundo comunicado da Petrobrás, se o repasse ao consumidor for integral, o botijão de gás ficará 2%, ou R\$ 1,21, mais caro. Além da alta no mercado internacional, Parente culpou a “proximidade do inverno no hemisfério Norte”.

Com o gás de cozinha mais caro, arrojando ainda mais a renda da família, o consumidor também vai pagar a conta de luz mais cara esse mês. A tarifa extorsiva da bandeira vermelha passou de R\$ 3,50 para R\$ 5,00.

## Molon apresenta projeto para barrar decreto das privatizações

O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) deu entrada na segunda-feira (6) num Projeto de Decreto Legislativo para sustar o decreto de Michel Temer, publicado no Diário Oficial, no meio do feriado, na sexta-feira (3). O decreto prevê a venda de unidades e subsidiárias das estatais, como a Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Eletrobrás. (Ver matéria na página 5).

“É inaceitável que Temer venda o patrimônio público para cobrir o rombo de bilhões que ele gastou para impedir que as denúncias fossem aceitas pela Câmara”, afirmou Molon. “Não vamos permitir que o que é do povo seja vendido dessa forma. Vamos pressionar a Câmara pela aprovação do PDC”.



Esse número de “1 milhão de empregos”, marquetado pelo Sr. Meirelles, é pura vigarice

Quando se pensa que o ministro Henrique Meirelles acha que o Brasil vai tão mal que é preciso reduzir o aumento do salário mínimo de R\$ 969,00 para R\$ R\$ 965,00, economizando quatro reais para que o país não quebre, comete-se um erro.

É triste dizer isso de um ministro da Fazenda, mas o que ele quer mesmo é manter o país no buraco, assim fica mais fácil inventar histórias para assaltar trabalhadores, aposentados, classe média e empresariado produtivo, transferindo o resultado da pilhagem para os que de muito gordos já não conseguem andar.

Na semana passada, o guru de Lula e Temer afirmou que, apesar da população ainda não estar sentindo os efeitos da “recuperação da economia”, neste ano “o governo criou 1 milhão de empregos”.

Ocorre que esse número de “1 milhão de empregos”, marquetado pelo Sr. Meirelles, é pura vigarice. Os governos Dilma e Temer, com sua adesão completa ao entreguismo neoliberal, a velha política de FHC, jogaram o país numa profunda depressão econômica que fechou 7 milhões de postos de trabalho, em 2015 e 2016. No sufoco em que o povo se encontra, seria impossível passar-lhe despercebida a criação de 1 milhão de empregos em 9 meses de 2017.

O povo não sente os efeitos da “recuperação da economia” e da “criação de 1 milhão de empregos” porque elas não existem.

No Brasil, o total de empregados com carteira assinada está por volta de 33,3 milhões. Isso equivale à soma de empregados sem carteira mais trabalhadores por conta própria (33,9 milhões). Curiosamente, qualquer biscoiteiro que tenha trabalhado uma hora durante a semana da pesquisa (apenas uma hora!) é incluído na coluna dos “ocupados”. Esse método, ainda que tal não seja a intenção dos pesquisadores, oferece variadas possibilidades para que o número de “ocupados” seja inflado por supostos trabalhadores por conta própria que na verdade não passam de desempregados funcionais.

Consultando o cadas-

tro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho é possível verificar que foi o que ocorreu nas contas do Sr. Meirelles.

Em 2017 foram criados, até o final de setembro, 208 mil empregos com carteira assinada, um resultado píffo, este sim irrelevante e imperceptível. Para que se chegasse a 1 milhão seria necessário ter criado o quádruplo, 800 mil empregos, para trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira, coisa que nunca ocorreu e está a anos luz do padrão de paridade em relação aos empregos com carteira assinada.

O emprego parou de cair mas segue num nível tão baixo que não é possível falar em recuperação. O quadro é de depressão. Uma depressão tenebrosa que o governo utiliza como instrumento para transferir renda de quem tem pouco aos que têm de sobra.

Para quem perdeu 7 milhões de empregos, reaver 400 mil em nove meses não é nada. Inflando esse número, Meirelles diz que “se a reforma da previdência não for aprovada a recuperação da economia e do emprego, promovida pelo governo, vai se perder”. O povo não acredita. Mas não é ao povo que ele está procurando agradar. É ao Congresso, onde deputados e senadores, brindados com as benesses advindas do assalto à Petrobrás, BNDES, Cai xa Econômica etc., sonham com o assalto dos assaltos ao caixa da Previdência. Não são todos, é verdade, mas são muitos, pode-se dizer que a maioria, ainda que não seja de três quintos.

E por falar em Meirelles, nunca é demais lembrar que, depois de uma carreira no setor financeiro internacional, ele comprou, em 2002, um mandato de deputado federal pelo PSDB de Goiás para proteger-se das denúncias de corrupção que vieram à tona durante a apuração do caso Banestado. Depois, no Banco Central, funcionou como avalista da ligação de Lula com a banda podre do empresariado. Nos últimos anos, antes de assumir o ministério era uma espécie de síndico do condomínio que os Irmãos Batista mantinham com Lula, Temer e Aécio na JBS.

SÉRGIO RUBENS

## FHC defende desembarque do governo Temer em dezembro

Em artigo, Fernando Henrique Cardoso defendeu o desembarque do PSDB do governo Temer na convenção do partido em dezembro “ou sua confusão com o peemedebismo dominante o tornará coadjuvante na briga sucessória”.

Segundo FHC, o PSDB “precisa passar a limpo o passado recente” para ter um nome competitivo em 2018. “Deveria prosseguir na minha culpa apresentado na televisão sob os auspícios de Tasso Jereissati, sem deixar de dar a consideração a quem quase o levou à Presidência. É hora de decidir, e não de se estiar em ‘não decisões’”.

“Terá cara renovada em 2018? Os cabelos não precisam ser tingidos, mas a alma deve ser nova, para que a coligação que formar ganhe credibilidade e possa

virar a página dos desastres recentes”, diz FHC em artigo publicado nos jornais “O Globo” e “Estado de S. Paulo”, no domingo.

Por sua vez, na segunda-feira (6), o presidente em exercício do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), cobrou uma posição dos ministros do partido. “Se os ministros do PSDB não saírem por iniciativa própria, vai ficar ruim para eles. Pois o partido vai sair do governo. Mas tem ministro que não quer sair de jeito nenhum. Estão agarrados aos cargos”, alertou Tasso no blog do Gerson Camarotti, da Globonews.

São quatro os ministros do PSDB: Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo), Aloysio Nunes (Relações Exteriores), Bruno Araújo (Cidades) e Luislinda Valois (Direitos Humanos).

## Ministro da JBS diz que conta nas Bermudas é “entidade filantrópica”

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, declarou que o depósito de 10 mil dólares que fez em conta no exterior, nas Bermudas, em 2002, para fundar a Sabedoria Foundation, foi por pura filantropia. “Essa entidade é filantrópica, visa investir recursos em educação no Brasil”, disse o ministro que recebeu R\$ 180 milhões da JBS para “não fazer nada”, entre 2012 e 2016, quando presidente do Conselho de Administração da J&F. De 2002 para cá, Meirelles fez a farra dos bancos, transferindo recursos públicos, inclusive da educação e da Previdência, para pagar juros.

Segundo a reportagem publicada no domingo (5), pelo site Poder360, Meirelles criou uma fundação nas Bermudas, a Sabedoria Foundation, segundo ele para gerir sua herança. A notícia surgiu de vazamento de informações, chamado de “Paradise Papers”, do escritório de advocacia Appleby, especializado em empresas offshore, e envolve integrantes do governo norte-americano.

“Embora a prática seja legal, empresas offshore podem ser usadas também para cometer crimes, como sonegação de impostos, ocultação de patrimônio (no caso de pessoas que deixam de pagar dívidas) e evasão de divisas. Podem ser usadas também para criar ‘fundos paralelos’ em empresas, possibilitando o pagamento de propinas sem que estas apareçam na contabilidade oficial da companhia. E ainda, para esconder dinheiro de origem ilícita”, diz artigo da BBC Brasil, assinado por André Shalders.

“A única exigência da lei é que os recursos sejam devidamente declarados à Receita, para que os impostos sejam pagos”, acrescenta.

Conforme Shalders, “para o Ministério Público Federal, empresas offshore em países como Bahamas, as ilhas Cayman e Bermudas foram usadas pela empreiteira Odebrecht para viabilizar pagamentos a políticos, por exemplo”.

De acordo com o Poder360, a Sabedoria Foundation, um trust, foi criado em dezembro de 2002, a partir de uma doação de US\$ 10.000 feita por Meirelles. Em nota encaminhada ao site, ele afirma que registrou o trust no exterior porque na época morava nos Estados Unidos e que declarou o valor à Receita Federal. No ano seguinte, assumiu a presidência do Banco Central, nomeado por Lula.

Meirelles também é relacionado a outra offshore, chamada “Boston - Administração e Empreendimentos Ltda”, criada em 1990 e encerrada em 2004.

JBS

Em entrevista à revista Piauí, Meirelles disse que não fez nada enquanto presidente do Conselho de Administração da J&F, holding dos presidiários Joesley e Wesley Batista, entre 2012 e 2016, saindo de lá diretamente para o Ministério de Temer. “O conselho nunca se reuniu”, disse à revista, que constatou que foram protocoladas cinco atas de reunião assinadas por Meirelles na Junta Comercial de São Paulo.

Para não fazer nada Meirelles recebeu a bagatela de R\$ 180 milhões.

Em nota divulgada na sexta-feira (3), a assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda diz que “a remuneração pelo trabalho planejado, executado e entregue foi, sem dúvida, proporcional ao valor do projeto inovador de criação do primeiro banco [Original] inteiramente digital do país”. Desde 2014, o Banco Original, segundo o site BancoData, teve um lucro líquido de menos de R\$ 56 milhões.

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, também apareceu no vazamento “Paradise Papers”, sendo apontado como diretor da offshore chamada Ammagi & LD Commodities SA, nas Ilhas Cayman. Ela é controlada por uma joint venture formada por uma empresa da família Maggi e a holandesa Louis Dreyfus Company.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curió-Ultrapange - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



## Escritor e filósofo, filho de Jango João Vicente: programa para presidente com a bandeira das reformas de base do seu pai

O filósofo e escritor João Vicente Goulart, filho do ex-presidente Jango – deposto pelo golpe de 1964, lançou sua pré-candidatura à presidência da República pelo Partido Pátria Livre (PPL) com uma plataforma de governo em que pretende relançar as famosas “reformas de base” defendidas por seu pai.

“Queremos de volta as reformas de base. Nunca saíram do papel. Como a reforma da lei de remessa de lucros. Olhe esse triste problema das teles. Já entregaram a Embratel, criada no governo Jango. Nos últimos quatro anos essas teles estrangeiras enviaram mais de R\$ 38 bilhões de lucro para seus países. E ainda ficaram devendo R\$ 20 bilhões de multa para o usuário”, disse, em entrevista para o jornal “Gazeta do Povo”.

João Vicente se dedica atualmente ao resgate da memória do pai. Ele preside o instituto com o nome de Jango, escreveu um livro sobre a vida do ex-presidente no exílio – que foi finalista do Prêmio Jabuti – e capta recursos para transformar em filme essa história.

“A causa do golpe de 64 não foi impedir o comunismo, mas impedir que o país fizesse as reformas estruturais. Que seria desenvolver um mercado interno forte e um país mais justo e de maior oportunidade”, ressaltou. As reformas de base defendiam o fortalecimento da economia do país através de indústrias nacionais, a reforma agrária e o combate ao analfabetismo.

Para o presidencial, as pautas do PPL são semelhantes àquelas defendidas pelo seu pai quando sofreu o golpe. “Uma sociedade não pode ser vista apenas pelos índices econômicos usados comercialmente, precisamos olhar o índice de desenvolvimento humano. Quero que o lucro esteja a serviço do bem-estar social. Não só o lucro pelo lucro, nossa plataforma é o lucro social”, explicou à revista “Veja”.

# PT negocia com o PMDB: Unidos contra a Lava Jato



Lula até orientou Temer como fazer a reforma da Previdência

## Ministro Barroso critica “direito penal incapaz de punir a criminalidade do colarinho branco”

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que uma das causas da corrupção no Brasil é a existência de um “direito penal incapaz de punir a criminalidade de colarinho branco e que criou um país de ricos delinquentes”.

“A corrupção passou a ser meio de vida e modo de fazer negócios. O sistema punitivo deixou de cumprir seu grande papel”, disse Barroso.

Em palestra na Universidade Metropolitana pela Educação e o Trabalho (Umet), em Buenos Aires, o ministro destacou que estão ocorrendo transformações no Judiciário brasileiro, que permitiram “investigações, denúncias e condenações que atingiram

pessoas que sempre se imaginaram imunes”. “Esse é o quadro que estamos quebrando, era um pacto oligárquico”, acrescentou.

“Avançamos em mudanças de atitude na sociedade e no Judiciário, hoje visto como agente de transformação”, apontou. Barroso não mencionou nomes, mas disse que esta tendência ainda não está disseminada no Judiciário como um todo e que “existem movimentos erráticos”. “Mas a tendência é de superação desta velha ordem que acha que rico não deve ser preso”, frisou, sem citar o nome de Gilmar Mendes.

“Houve mudanças de atitude, na legislação, na jurisprudência e a possibilidade de punição com condenação em segunda

instância. Espero que não se mude esta jurisprudência porque fará com que se volte ao país que sempre fomos. O que se quer é reabrir a porta pela qual os recursos indefinidos levam os processos até o momento da prescrição”, completou.

Luís Roberto Barroso descreveu os principais escândalos ocorridos no Brasil recentemente e fez uma clara referência a Lula: “Mesmo quem se apresentou como quem iria enfrentar esse pacto terminou por aliar-se a esse pacto e aprofundá-lo. A contaminação é muito ampla”.

Ele afirmou ainda que “não existe corrupção do bem e do mal, de esquerda ou direita... a elite acha que a corrupção ruim era a dos inimigos”.

## Condenados em segunda instância não podem ser candidatos a presidente, afirma Luiz Fux

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu em entrevista ao Jornal “Folha de S.Paulo” que condenados que já foram julgados em segunda instância devem ser presos e avaliados que não faz sentido que políticos com denúncia na Justiça possam se candidatar ao cargo de presidente da República.

Questionado sobre a possibilidade de Lula concorrer em 2018, mesmo se condenado em segunda instância, analisou: “Absolutamente, eu entendo que algumas questões vão ser colocadas: a primeira, a da Lei da Ficha Limpa [condenados em segunda instância são inelegíveis]. A segunda é decorrente da Constituição. Ela estabelece que, quando o

presidente tem contra si uma denúncia recebida, ele tem que ser afastado do cargo. Ora, se o presidente é afastado, não tem muito sentido que um candidato que já tem uma denúncia recebida concorra ao cargo. Ele se eleger, assume e depois é afastado?”, indagou.

Fux falou sobre a chance do Supremo conceder uma liminar, permitindo que o ex-presidente participe da campanha eleitoral. “Pode um candidato denunciado concorrer, ser eleito, à luz dos valores republicanos, do princípio da moralidade das eleições, previstos na Constituição? Eu não estou concluindo. Mas são perguntas que vão se colocar”.

O ministro também afirmou que a decisão do

STF que determina que o Legislativo dê a palavra final sobre medidas cautelares aplicadas pelo Judiciário a parlamentares, como no caso do senador Aécio Neves, tem tido efeito “deletério” no Brasil. “Já temos exemplo de dois Estados em que, depois da nossa decisão, deputados estaduais foram soltos pelas Assembleias Legislativas. Você veja como isso já se vulgarizou”, disse.

Sobre o STF rever a decisão de prisão após condenação na segunda instância, o ministro avaliou que “não seria bom”. E que traria “a ideia de impunidade, que gera descrédito [no povo]. E, quando não [se] acredita no Judiciário, o desejo do povo é o de fazer justiça pelas próprias mãos”.

## Após mais corrupção, Temer diz que tem ‘força moral’

Michel Temer classificou sua compra descarada de votos, sua leilão de cargos, o perdão de dívidas de grandes empresas, o esvaziamento da Amazônia, a tentativa de revogação da lei Aurea e outras aberrações para se manter no cargo, como uma demonstração de “força moral” de seu governo. A moral deste governo é a da máfia e a do crime organizado. O chefe da quadrilha conseguiu escapar, por enquanto, das longas garras da Justiça e agradeceu de público aos comparsas da Câmara por eles terem acobertado os seus crimes.

Temer chamou de

trama para derrubá-lo a denúncia do Ministério Público Federal e da Polícia Federal contra seus crimes, todos eles flagrados e vistos por todo o país. Disse que o pedido para que a Câmara autorizasse as investigações era uma “coisa desagradável”. Agradável para Temer é seguir cnicamente assaltando os recursos e o patrimônio público. Agradável para Temer e os demais membros da quadrilha que ocupa o Planalto é atacar aposentados, restabelecer a escravidão, vender a floresta e entregar o pré-sal em troca de propinas de banqueiros e das multinacionais.

Michel Temer deixou

escapar que o objetivo de todo o seu esforço para se manter no cargo era para obstruir a Justiça através da nomeação de um novo nome para a Procuradoria-Geral da República. Ele afirmou que as denúncias contra si eram para impedir que ele indicasse esse novo ocupante do cargo. E, para proteger a quadrilha, ele sancionou também, mais recentemente, a Medida Provisória 782 que garantiu o foro privilegiado ao ministro da Secretaria Geral, Moreira Franco. Ou seja, mais um comparsa ladrão que eles acham que vai ficar impune.

SÉRGIO CRUZ

## Faria de Sá: ‘Governo diz que precisa de recurso, mas dá isenção às multinacionais do petróleo’

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) criticou a medida provisória (MP) que aumenta, de 11% para 14%, a contribuição previdenciária dos servidores públicos e adia de 2018 para janeiro de 2019 os reajustes salariais de várias categorias do Poder Executivo.

“O governo pensa que pode fazer o que quer e o que bem entende, mas não é assim. No mesmo momento em

que fala que precisa de mais recursos, está dando isenção de tributos às multinacionais do petróleo que ganharam as licitações do pré-sal”, denunciou.

“Na verdade, o governo tenta contrabalançar seus problemas orçamentários à custa do servidor, ao invés de ir atrás dos ladrões que roubaram o dinheiro público e acertar o caixa do governo. O jogo é criar a linha de confronto com os servidores, tentando jogar a opinião pública contra eles”, afirmou.



Deputado federal do PTB

Presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que vota em Lula

Às vezes é muito difícil saber se o pior em certas tendências políticas (e, claro, nas figuras que as encarnam) é a estupidez, a burrice - ou o cinismo, a falta de senso moral.

Exemplo mais recente é a nota da presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, esclarecendo que a “aliança política” do PT é “com o povo brasileiro”.

A presidenta do PT pretende colocar uma folha de parreira em cima da aliança dos ladrões do PT – particularmente, de Lula – com os ladrões do PMDB: Eunício Oliveira (o “Índio” da lista de propinas da Odebrecht), Renan Calheiros (o “Atleta” da lista da Odebrecht) & outros ilustres próceres da Lava Jato.

Em todo o país, PT e PMDB ensaiam alianças – em oito Estados elas já foram estabelecidas – para as próximas eleições. Querem, pois, repetir o acordo que redundou no governo Temer – aliás, em tudo o que importa, uma continuação do governo Dilma.

Não eram esses sobas do PMDB que o PT, até ontem, chamava de “golpistas”? Não foram eles que votaram e puxaram o impeachment de Dilma? Não foi o Diretório Nacional do PT que proibiu, em resolução obrigatória para todas as seções e filiados, qualquer aliança com partidos ou pessoas que tivessem apoiado o impeachment de Dilma?

Porém, disse Lula no último dia 30, em Minas Gerais, “estou perdendo os golpistas deste país”.

O líder do PT na Câmara, Carlos Zarattini, fala em “alianças” com o PMDB que “temos e que perduraram”. Um fanático dilmo-lulista, declara: “Não estranhe a aliança do PT com o PMDB em alguns estados. Esse purismo, penso, já não nos cabe. Precisamos de mais racionalidade e menos emoção. Não vamos sair desse buraco achando que se trata de uma briga do bem contra o mal”.

Claro, há muito, para o PT, deixou de existir diferença (muito menos contradição) entre o bem e o mal. Pela simples razão de que eles escolheram o mal: desde o roubo contra a Petrobrás ao neoliberalismo mais furreca, à pilhagem geral do país de Levy ou Meirelles.

Já o senador Romero Jucá, presidente do PMDB, conhecido pela vida ilibada e linguagem elegante (“todo mundo na suruba, nada de suruba selecionada”), diz que “não há problema” na aliança com o PT.

Outro prócer peemedebista, o senador Eunício Oliveira, se declarou eleitor de Lula no Ceará. Tão entusiasmado é Moreira Franco, aquele que só é ministro para escapar da cadeia.

Cunha e Geddel não se pronunciaram – mas, dentro em breve, o PT poderá contar com eles, no programa eleitoral da TV, se bem que com algumas grades na frente...

Para abreviar: toda a retórica petista do “golpe” e dos “golpistas” era (e continua sendo) palhaçada. Se não fosse assim, o PT não teria se conformado tão rapidamente com o suposto “golpe”, fazendo alianças com o atual governo na Câmara, no Senado e nos Estados. Quem acha realmente que houve um golpe, resiste. No entanto, qual foi a resistência petista, que não fosse mera pantomina?

Lula e o PT têm, realmente, muito a ver com o PMDB atual, porque tornaram-se dois valhaçoutos.

Qual a diferença essencial entre a política econômica de Dilma e de Temer?

Uma e outra são, na essência, o mesmo chiqueiro neoliberal. Até o ministro da Fazenda, o depravado Meirelles, é o mesmo

que Lula indicava para Dilma.

O que une, no momento, o PT e o PMDB é a vontade e a tentativa de acabar com a Operação Lava Jato – e suas derivações – para continuar assaltando o dinheiro e a propriedade pública. **A impunidade é o principal ponto de programa, tanto do PT quanto do PMDB.**

A presidenta do PT, em sua nota, ao dizer que a “aliança política do PT é com o povo brasileiro”, não percebeu que, com isso, excluiu o PT do povo brasileiro.

Não é possível, evidentemente, fazer aliança consigo mesmo. Só se faz aliança com algo diferente, com algo que é externo a si próprio. Assim, o PT só poderia fazer aliança política com o povo brasileiro, se não fosse parte do povo brasileiro.

A senadora Hoffmann, então, ao dizer uma mentira, acabou por dizer uma verdade.

Ao tentar tapar as alianças com o PMDB, expôs publicamente o elitismo congênito do PT, que jamais se considerou parte do povo – do povo real, do povo brasileiro – exceto como um incómodo.

O povo brasileiro sempre foi, para eles (mais ou menos conscientemente), incapaz de fazer sua própria História, sempre submetido e excluído “pelos acordos entre as elites” – essas mesmas elites que, uma vez no poder, o PT, e, especialmente, Lula, se dedicaram a bajular, dando a elas licença para roubar a Nação (desde que pagassem uma propina).

O PT não superou, e há alguns anos retornou, à época daquele distico, que propalou após a derrota de Lula, em 1989: “éta, povinho bunda!”.

Em sua nota, a presidenta do PT diz que Lula, ao “perdoar” os “golpistas”, não estava se referindo aos “partidos golpistas”, mas “à parcela da sociedade que apoiou o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff”.

Ou seja, segundo Hoffmann, Lula estava “perdoando” o povo que queria se livrar do estrupício que ele colocou na Presidência da República.

Portanto, sabemos agora – e oficialmente, por sua presidenta – que o PT e Lula consideram que golpista é o povo. Por isso, Lula o “perdoou”. Como acontece há algum tempo, Lula confundiu Cristo com os ladrões ao lado dos quais foi crucificado.

Mas, pelo menos, o bom ladrão se arrependeu. Lula não tem essa grandeza. Mais parece com o outro ladrão.

A culpa, seja lá do que for, nunca é de Lula e do PT – é sempre do povo.

Tudo isso seria perfeitamente ridículo, se a versão da presidenta do PT tivesse alguma coisa a ver com a realidade. Embora, não seria novidade ver Lula encenando o papel, como disse Leonel Brizola, de imperador de fancaria.

Mas, resumamos outra vez a versão oficial do PT: o sujeito coloca Dilma e Temer no poder (ou será que fomos nós que aceitamos duas vezes esse bandido para vice-presidente de Dilma?) – e depois ainda “perdoa” o povo por não se submeter...

Voltemos, então, ao terreno da realidade.

Aliança entre o PT e o PMDB é um acordo entre ladrões para fugir das Leis e da Justiça – e servir ao que existe de pior, dentro e fora do país, prometendo a esses seus donos o escalpo do povo.

E só isso e nada mais – e, como tal, é uma aliança entre condenados à morte política.

Que eles pensem que, com esse acordo, irão sobreviver, explica-se apenas porque projetam no povo a sua própria imbecilidade e corrupção.

CARLOS LOPES

## Geddel quer saber como descobriram seus R\$ 51 milhões no apartamento

Ao invés de explicar de onde saíram os R\$ 51 milhões que ele escondeu num apartamento em Salvador, o ex-ministro de Temer, Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), resolveu ameaçar quem denunciou o seu bunker. O meliante quer saber qual o número de telefone que fez a ligação anônima que, segundo investigadores, teria levado a Polícia Federal a descobrir o apartamento onde estavam R\$ 51 milhões em espécie, em Salvador.

Está tudo de cabeça para baixo. Quem tem que dar explicações é o Geddel. É ele que tem que dizer de onde roubou o dinheiro, e não a pessoa que, sabendo de sua prisão domiciliar, não entendeu porque

Geddel perambulava no entorno do apartamento carregando malas e caixas abarrotadas de dinheiro. A Polícia Federal está segura que parte do dinheiro se trata de propinas para viabilizar a liberação de crédito do FI-FGTS. Além de ministro dos governos Lula e Temer, Geddel foi vice-presidente da Caixa Econômica Federal no governo Dilma.

Os advogados de Geddel querem que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin determine à PF que entregue não só o número do telefone, como a identidade do agente policial que atendeu a ligação no dia 14 de julho deste ano.

# Impunidade marca dois anos dos crimes da Samarco em Mariana

Vale, BHP Billiton e Samarco destruíram o Rio Doce, mataram 19 pessoas, não pagaram multas e postergam as indenizações para os atingidos

No último domingo (5), o maior crime ambiental da história do Brasil completou dois anos, assim como a impunidade dos responsáveis pela tragédia. A ação criminal que responsabiliza as mineradoras Samarco, Vale, BHP Billiton, a VogBR, e mais 22 pessoas pelo rompimento da barragem de Fundão está suspensa pela Justiça Federal. Nestes dois anos a Samarco recorreu de todas as 68 multas aplicadas pelos órgãos ambientais dos governos, e pagou apenas a entrada de uma delas.

Na Bacia do Rio Doce foram despejados cerca de 50 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério, que poluíram mais de 620 km de cursos d'água entre Mariana, em Minas Gerais e a foz do Rio Doce, em Regência, no Espírito Santo. O rejeito se espalhou pela costa por mais de 600 quilômetros, desde o Rio de Janeiro até a Bahia. O rompimento da barragem também matou 19 pessoas e soterrou o distrito de Bento Rodrigues, onde moravam 300 famílias.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) aplicou 24 autos de infração à Samarco, que recorreu de todos, 22 ainda estão na primeira instância administrativa do órgão e outros dois na segunda, eles totalizam R\$ 344,85 milhões. Se perder nas duas instâncias, a empresa ainda pode recorrer à Justiça. Segundo o Ibama, as atuações começam pelos danos causados ao meio ambiente pela tragédia (2015), e vão até a entrega em desconformidade do que foi fixado pelo órgão em um programa de busca e resgate de fauna afetada pela lama (2017).

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad) destaca que desde o desastre foram aplicadas 38 multas à mineradora, totalizando R\$ 205,86 milhões. Destas, 37 estão em fase de recurso. Só uma, a primeira aplicada em novembro de 2015, teve a primeira, de 60 parcelas, pagas.

No Espírito Santo, todas as seis multas aplicadas pelo Governo também estão em fase de recurso. Elas totalizam cerca de R\$ 1,25 milhão.

Apenas no terceiro trimestre deste ano o lucro líquido da Vale, dona da Samarco junto com a BHP Billiton, foi de R\$ 7,14 bilhões, 37,5% a mais que o mesmo período de 2016.

## AÇÃO CRIMINAL

A ação criminal que responsabilizou a Samarco, a Vale, a BHP e a VogBR, e mais 22 pessoas pelo ocorrido está suspensa pela Justiça Federal. O juiz Jacques de Queiroz Ferreira atendeu ao pedido da defesa que questionou provas do processo, sob a alegação de que a quebra do sigilo telefônico dos acusados teria ultrapassado o período autorizado pela justiça.

As 22 pessoas denunciadas por homicídio, dentre elas o presidente da Samarco na época Ricardo Vescovi, respiram aliviadas já que iriam a júri popular, podendo ser condenadas a até 54 anos de prisão, além do pagamento de multa

de reparação dos danos ao meio ambiente e às vítimas da tragédia. O juiz ainda destacou que “as questões que podem implicar na anulação do processo desde o início”.

O Ministério Público Federal (MPF) rebateu o juiz e alegando que “as interceptações indicadas pela defesa como supostamente ilegais sequer foram utilizadas na denúncia, por isso, não teriam a condição de causar nulidade no processo penal”.

A ação criminal foi baseada no inquérito da Polícia Federal finalizado no ano passado, que concluiu que a direção da Samarco sabia dos riscos de rompimento da barragem pelo menos três anos antes do ocorrido. Segundo a PF, as irregularidades já começam na construção da barragem, que foi feita com materiais diferentes do projeto inicial, e vão até seu rompimento.

Foram incluídos no inquérito áudios de conversas telefônicas e trocas de email do sistema de comunicação interna da Samarco. Entre eles uma mensagem de Ricardo Vescovi, em 2011, afirmando que seria mais fácil criar outra barragem do que investir em um material necessário para Fundão.

A Polícia Federal concluiu no inquérito que a Samarco tentou “esconder os possíveis danos que tinham conhecimento que poderiam acontecer a Bento Rodrigues, para obter o licenciamento”, a ainda afirmou que um ‘Plano de Ações Emergencial’ foi contratado, mas não foi implementado porque a empresa o considerou caro.

## AÇÃO AMBIENTAL

Também está parada na Justiça a ação referente à indenização do dano ambiental e social, embora a Samarco esteja tocando o acordo com a União, assinado ainda no governo Dilma e não homologado pela justiça. O acordo previa a criação de uma fundação controlada pela Samarco para definir as ações e indenizações de danos ambientais com um fundo de R\$ 20 bilhões.

Este acordo foi impugnado pelo Ministério Público Federal, que alegou que a população atingida pelo rompimento da barragem não foi ouvida e que a pressão dos governos em dar uma resposta imediata resultou em respostas inadequadas, como a de colocar a Samarco para gerenciar o fundo e decidir sobre a reparação dos atingidos. O MPF também pede um total de R\$ 155 bilhões às mineradoras, alegando que o atual acordo é totalmente insuficiente para cobrir tamanho desastre.

A Samarco também responde a mais de 50 mil ações particulares, só nas comarcas da Justiça estadual de Minas Gerais. O promotor de Justiça Guilherme de Sá Meneguim conta que, passados dois anos da tragédia, ainda existem moradores afetados que não receberam indenização emergencial da mineradora. “São comunidades pequenas, ordeiras, em que as pessoas se conhecem. E que não há motivos para ficar negando direitos às pessoas”, destaca.

CAMILA SEVERO

O crime das mineradoras em Mariana foi o tema do primeiro suplemento América do Sol, do Jornal Hora do Povo. Para conferir o conteúdo acesse: <http://americadosol.art.br/asol01>

## Pezão e Paes levaram R\$ 16,4 milhões em propina, diz delator

Em acordo de delação premiada fechado com a Procuradoria-Geral da República (PGR), o marqueteiro Renato Pereira afirma que o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, o ex-prefeito Eduardo Paes, o ex-candidato a prefeito e deputado federal Pedro Paulo e o ex-governador Sérgio Cabral (todos do PMDB) participaram diretamente da negociação de propina de suas respectivas campanhas políticas feitas entre 2010 e 2016.

Segundo Pereira, Cabral declarou ter recebido R\$ 6,3 milhões, mas recebeu R\$ 12 milhões. Paes declarou R\$ 8,6 milhões, mas na verdade angariou R\$ 20 milhões. Pezão declarou R\$ 21,8 milhões, e recebeu R\$ 40 milhões. Pedro Paulo cometeu o roubo mais tímido, declarou R\$ 7,1 milhões, mas levou R\$ 9,3 milhões.

De acordo com o delator a agência com que ele se estabeleceu no mercado, a Prole Serviços de Propaganda, influenciou contratos de publicidade de governos no Rio nos últimos dez anos. As contas foram direcionadas para a própria Prole ou a empresas sugeridas por

ela — que, com isso, eram obrigadas a compartilhar uma parte dos lucros. Segundo o delator, o irmão de Sérgio Cabral, o publicitário Maurício Cabral, também tinha participação nos resultados dos contratos influenciados pela Prole.

Pereira descreveu a mesma rotina com todos os candidatos do PMDB para os quais trabalhou. Ele ou seus sócios recebiam malas ou sacolas de dinheiro pessoalmente, entregues por emissários dos políticos do partido ou repassados por representantes de empresas fornecedoras dos governos estadual e municipal, entre eles as construtoras Andrade Gutierrez e Odebrecht, além de empresas de transporte de Jacob Barata.

Pereira foi ouvido em audiência do gabinete do ministro Lewandowski em 4 de outubro. Pelos crimes confessados à PGR, o delator vai pagar multa de R\$ 1 milhão a R\$ 2 milhões. Sua colaboração vinha sendo negociada desde o ano passado pela PGR e foi uma das últimas assinadas pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, antes de deixar o mandato.



Lama de rejeitos de mineração devastou o distrito de Bento Rodrigues

## Quadrilha de Temer publica decreto para privatização de subsidiárias das estatais

O repasse à iniciativa privada de investimentos de empresas estatais de economia mista tem sido uma das prioridades do governo de Michel Temer, que aproveitou o feriado de finados para atacar as riquezas nacionais emitindo o decreto nº 9188/2017. Essa determinação regulamenta a lei das Estatais (Lei 13.303/2016) e autoriza a venda, sem licitação, dos ativos das empresas de economia mista como, por exemplo, a Petrobras e a Eletrobrás, suas subsidiárias e controladas.

O decreto trata do chamado “regime especial de desinvestimento de ativos de empresas de economia mista”, exclui empresas de participação controladas pelas instituições financeiras públicas e os bancos de investimento, como o BNDES. Segundo o decreto de Te-

mer, o objetivo é o de garantir “segurança jurídica” para as operações e “aproximar as sociedades de economia mista das melhores práticas de governança e gestão reconhecidas pelo setor privado”, além de garantir a “sustentabilidade” das estatais. Aquele papo antigo de que a gestão privada é melhor que a pública para com algum argumento, mesmo que fajuto, doar a iniciativa privada, de preferência estrangeira o patrimônio público.

O decreto permite, ainda, a venda apenas dos ativos valiosos e rentáveis. Assim, por exemplo, o mercado passa a ter direito de comprar tudo o que dá lucro na Petrobras, e abrir mão de tudo o que pode dar prejuízo ou lucro pouco significativo. E vale o mesmo para Eletrobrás e as demais empresas estatais que mantêm ações em Bolsa. O grave problema é que isso

inviabiliza as estatais, na prática são os ativos rentáveis que sustentam os não rentáveis, se Temer vende os que geram mais recursos, o que está em evidência é a venda total das estatais.

## AVALIAÇÕES SIGILOSAS

Entre os pontos que podem ser considerados mais polêmicos, estão os parágrafos do artigo 7º. Enquanto o caput diz que o procedimento “observará os princípios da publicidade e da transparência”, seus parágrafos prevêm avaliações econômico-financeiras sigilosas e a possibilidade de aplicar o sigilo em toda a operação ou algumas etapas dela.

O sigilo, diz o decreto, será aplicado “desde que a revelação de informações possa gerar prejuízos financeiros para a sociedade de economia mista ou para o ativo objeto da alienação”.

## Efeito Aécio: Deputados saem da cadeia e voltam para as Assembleias Legislativas

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que medidas cautelares determinadas pela Justiça contra parlamentares podem ser derrubadas pelos Legislativos, tomada há menos de um mês para devolver o mandato de senador a Aécio Neves (PSDB), já tem levado Câmaras Municipais e Assembleias a revogar decisões contra vereadores e deputados acusados de corrupção.

O chamado “efeito Aécio”, já livrou dois deputados estaduais, um em Mato Grosso e outro no Rio Grande do Norte, onde seus pares emitiram alvarás de soltura que nem passaram pelo Judiciário.

No caso mato-grossense, a

Assembleia Legislativa revogou, por unanimidade, a prisão preventiva do vice-presidente da casa, Gilmar Fabris (PSD), investigado no esquema de corrupção, denunciado pelo ex-governador Silval Barbosa em delação premiada. Fabris soube que seria preso e saiu de casa as pressas de pijama e com uma mala de mão, que, segundo a PGR, possivelmente continha documentos e valores de interesse das investigações, indicando uma fuga.

A resolução aprovada pelos parlamentares foi encaminhada ao sistema penitenciário sem passar pelo Judiciário e serviu como alvará de soltura.

No Rio Grande do Norte, a Assembleia Legislativa

derrubou, no último dia 24, o afastamento do deputado Ricardo Motta (PSB). Acusado de participar de esquema de desvios de até R\$ 19 milhões do Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (Idema/RN), ele fora afastado do mandato pelo Tribunal de Justiça do estado para preservar as investigações.

Para a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), há “usurpação da atividade do Poder Judiciário”. “O Legislativo está até expedindo alvará de soltura, é uma temeridade. É uma violação da independência entre os poderes”, disse ao jornal “O Globo”, o presidente da AMB, Jayme de Oliveira.

## PCdoB apresenta Manuela D’Ávila como pré-candidata à Presidência

O PCdoB (Partido Comunista do Brasil) lançou neste domingo (5), a pré-candidatura da deputada estadual gaúcha Manuela D’Ávila à Presidência da República.

Manuela é deputada estadual pelo Rio Grande do Sul desde 2015. Ela já disputou duas vezes a Prefeitura de Porto Alegre, em 2008 e 2012 e cumpriu dois mandatos consecutivos como deputada federal pelo estado, além de ter sido líder do partido na Câmara.

O lançamento da candidatura causou incômodo no PT, que já contava com o apoio ideológico do partido nos comícios de uma possível

candidatura de Lula. O líder do PT no Senado, Lindbergh Farias (RJ), criticou a posição de seu aliado, no momento em que Lula é alvo de investigações criminais. “O PCdoB comete um erro grave”, disse.

Imediatamente, a presidente do PCdoB, Luciana Santos, tratou de esfriar os ânimos. “Não há um partido mais defensor do PT que o PCdoB”, disse a aliada.

Segundo Luciana, a decisão de lançar Manuela foi tomada diante da instabilidade que o país passa “sem comprometer a aliança política que possa haver com o PT lá na frente”.

## Planos de Saúde dão calote em 80% das multas

A Comissão Especial sobre Planos de Saúde pode votar a proposta que cria um novo marco legal para o funcionamento de planos de saúde suplementar no País ainda na próxima quarta-feira. Entre as alterações estão multas mais brandas para as operadoras, parcelamento em cinco vezes do reajuste aplicado a beneficiários que completam 59 anos de idade e redução das garantias patrimoniais exigidas das empresas do setor.

O texto em análise tem 200 páginas e foi proposto pelo relator, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), após o exame de 150 propostas para alteração na atual Lei dos Planos de Saúde (9.656/98). Como um dos projetos tramita em regime de urgência, não será permitida a vista nem apresentação de emendas ao parecer, sendo aceitas apenas sugestões, que

poderão ou não ser acatadas por Marinho.

Uma das principais mudanças sugeridas pelo deputado é de que a multa aplicada às operadoras seja proporcional a infração cometida, ficando limitada a dez vezes o valor do procedimento questionado e chegando a 30 vezes esse valor em casos de reincidência. A pesquisadora de Saúde e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Ana Carolina Navarrete discorda de Marinho. Segundo ela, “a limitação no valor das multas não reduzirá o volume de questionamentos na Justiça e nem resultará em mensalidade mais baixa para beneficiários dos planos de saúde”.

Mesmo a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) ter aplicado quase R\$ 1,3 bilhão em multas às operadoras de saúde em 2016, somente o

pagamento de 13% desse valor foi devidamente efetuado, R\$ 173 milhões. No acumulado dos últimos cinco anos, a situação é semelhante, quando a arrecadação com as multas se limitou a apenas 19% do valor total, R\$ 493 milhões dos R\$ 2,6 bilhões cobrados.

Ainda segundo Ana Carolina Navarrete, “o modelo atual ainda é permissivo”. “Se não investe na arrecadação, acaba batendo com luva de pelica.” Para a pesquisadora, a proposta facilita o descumprimento das regras e deixa de corrigir as causas do problema. “É como se comprasse o direito de poder infringir a regulação”, diz. “Essa proposta traz uma redução no poder punitivo da ANS, que já é ineficaz hoje. E isso acaba sobrecarregando o Judiciário”, afirma o advogado e especialista em direito à saúde Rafael Robba.



## Letras do HP

## O lado da poesia de Silvana Guimarães

Sidnei Schneider

Ao rsoar uma brincadeira com a língua muito nossa, aquela do rato que roeu a roupa do rei de Roma, Silvana Guimarães constrói em “eles” uma voz poética com inequívoco lado, o do povo brasileiro. Firme e forte, antes de sucumbir às mazelas e diatribes que denuncia, ao final lembra a luta pela independência dos inconfortáveis mineiros e convoca à de agora. A utilização, aqui e ali, de neologismos, grafias não usuais e legenda em latim, sem que interrompam o fluxo de leitura, o ritmo dos versos e a absorção do sentido, traduz habilidade e fuga da mesmice. Silvana é poeta e ficcionista, uma das duas editoras da revista Germina Literatura, nasceu e reside em Belo Horizonte.

## eles

Silvana Guimarães

em meio a delações & defecações os ratos roeram a verba da educação os ratos roeram a verba da saúde os ratos roeram a verba da segurança os ratos roeram a verba do transporte

os ratos roeram o verbo honrar os ratos roeram o verbo servir os ratos roeram o verbo prometer os ratos roeram o verbo cumprir os ratos roeram o verbo amar

os ratos roeram a merenda escolar os ratos roeram as terras indígenas os ratos roeram as vidas indígenas os ratos roeram a nossa cidadania os ratos roeram a nossa tragistória

os ratos roeram a constituição os ratos roeram as escrituras os ratos roem em nome de deus os ratos riem em nome do demo os ratos raíam em safadezas

os ratos enchem a burra de dinheiro os ratos vivem com o rei na barriga os ratos: funâmbulos & marafaias autoridades em marâkutayas & manobras circulam imunes à sorrelfa & de soslaio

os ratos, caçados a machadadas, não se abalam: é tudo mentira os ratos existem em prol do meu do seu do nosso bem comum deles nós, servos-árbitros, em sono esplêndido

os ratos: há que se enfrentá-los sem temer / *quæ sera tamen*

há que se enfrentá-los sem temer enquanto ardem: os ratos

## RJ: 116° PM é assassinado

Na manhã desta segunda-feira (5), Wendel do Nascimento Mescolin, de 44 anos, foi o 116º policial assassinado no estado do Rio de Janeiro apenas neste ano. Ele estava a 16 anos na corporação e deixou esposa e dois filhos.

Após ser atingido no fogo cruzado entre PMs e bandidos na favela, o sargento chegou a ser socorrido e levado para o Hospital Carlos Chagas, em Marechal Hermes, também na Zona Norte, mas não resistiu. Durante a ação na comunidade, dois homens apontados como criminosos também morreram.

Com um deles, segundo a PM, os policiais que participavam da operação encontraram o fuzil de onde partiu o disparo que atingiu Wendel. Além deste fuzil AK-47, uma pistola 9mm também foi achada em posse de outro suspeito de ter participado da troca de tiros, informou a corporação.

A ação na comunidade da Mundial começou ainda na madrugada desta segunda-feira, após os policiais receberem informações sobre confrontos entre bandidos de facções rivais naquela região. Por volta das 7h30m, PMs realizavam o vasculhamento da área quando ocorreu o confronto. O caso foi registrado na Delegacia de Homicídios da Capital (DH).



Wendel Nascimento era PM a 16 anos

# Gandra defende cortar direitos e pagar o mínimo a trabalhador



Ives Gandra assina em baixo e defende a Lei da Escravidão de Temer

## Salários congelados: governo quer transferir custo da farra fiscal para servidor, diz Fonacate

O Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) divulgou na última sexta-feira, 3, uma nota pública que repudia a Medida Provisória (MP) 805/2017, que congela os salários dos servidores federais e eleva a alíquota de contribuição previdenciária do funcionalismo. Segundo o Fórum, o “custo da farra fiscal”, promovida por Temer para barrar na Câmara dos Deputados as denúncias de crimes cometidos por ele e seu cúmplices, foi “transferido aos trabalhadores”.

A MP foi assinada pelo presidente Michel Temer no final do mês passado com a finalidade de adiar o reajuste dos servidores que aconteceria em 2018 para 2019, e aumentar a contribuição previdenciária para ser-

vidores que ganham mais que o teto do INSS (R\$ 5.531,31), de 11% para 14%. A ação do Palácio do Planalto rompe com acordo firmado com o funcionalismo, que previa os reajustes em janeiro do ano que vem, com aprovação do Congresso Nacional.

Para a Fonacate, sem qualquer surpresa, o governo editou a MP, que além de suspender a composição salarial concedida por lei a diversas categorias que compõem o serviço público federal, “impôs o confisco parcial dos vencimentos do funcionalismo brasileiro em geral, por meio do aumento da alíquota de sua contribuição previdenciária. O custo da farra fiscal promovida em favor da manutenção do mandato do Presidente

foi transferido aos trabalhadores, como era de se esperar, pois essas medidas haviam sido anunciadas pelo Ministério do Planejamento no mês de agosto, já prevendo a votação das denúncias no Congresso. Afinal, de uma administração capaz de tentar legalizar o trabalho escravo, acabar e destruir o serviço público certamente é a sua pauta”, denunciou a entidade no documento.

A Fonacate declarou ainda na nota que vai enfrentar os ataques do governo “sem tréguas para preservar as instituições, seja por meio da mobilização com o conjunto dos trabalhadores, de ações parlamentares ou judiciais”, afirmou o Fórum que representa mais de 180 mil servidores públicos.

## Parlamentares apresentam 200 emendas para modificar MP que suspende reajustes

Os deputados e senadores contrários a Medida Provisória (MP) 805 - que propõe, entre outras medidas, o congelamento dos salários dos servidores federais, e o confisco parcial dos vencimentos de funcionários públicos, ativos, inativos e pensionistas, através do aumento da contribuição previdenciária - apresentaram até o início desta semana (6), mais de 200 emendas à comissão mista criada para analisar a MP.

Até o fechamento da edição deste jornal, a MP ainda não tinha um relator para determinar quais emendas serão acolhidas. O prazo para a apresentação das emendas se encerrou à meia-noite da segunda-feira.

Nas propostas apresentadas pelos parlamentares estão: o cancelamento do adiamento do aumento para todos



os servidores, a diminuição do prazo para o pagamento do reajuste, que pela medida de Michel Temer está prevista apenas para 2019. Também há emendas que retiraram a previsão de aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%, prevista na MP, para servidores ativos, inativos e pensionistas de quaisquer categorias dos Poderes da União que ganham mais de R\$ 5,5 mil.

Outras propostas

mantêm o auxílio-moradia pago ao funcionalismo, pois no texto do governo há uma limitação no tempo de pagamento do benefício para quatro anos. Atualmente não existe limite para o recebimento do benefício. E existem ainda parlamentares que estão pedindo a exclusão de categorias do funcionalismo da MP, como policiais federais, professores e auditores da Receita Federal.

## Temer quebra promessa feita a algumas centrais e diz que não enviará MP do financiamento sindical

O presidente Michel Temer não irá propor por meio de medida provisória uma forma de financiamento para sindicatos, que deixarão de receber o imposto sindical a partir do dia 11, data em que entra em vigor a reforma trabalhista.

De acordo com o governo, a contribuição assistencial a entidades sindicais será levada ao parlamento posteriormente, em formato de um projeto de lei. Para sindi-

calistas que confiam no governo, a notícia foi um banho de água fria, pois haverá grandes chances do projeto de lei ser barrado pela Câmara dos Deputados, e os sindicatos ficarem sem uma contrapartida.

O presidente tinha prometido a algumas centrais que aceitaram se reunir para “negociar” que enviaria ao Congresso uma MP para manter, por cinco anos, a principal fonte de renda

dos sindicatos em troca de apoio contra a segunda denúncia na Câmara, de crimes cometidos por Temer e sua quadrilha. O deputado Paulinho da Força, que negociava com o governo a manutenção do financiamento sindical, afirmou que desistiu de cobrar do presidente Michel Temer a edição de medida provisória para recriar o tributo. O parlamentar disse que tentará negociar diretamente com Rodrigo Maia.

“Não é possível dar a uma pessoa que recebia um mínimo o mesmo tratamento, no pagamento por dano moral, que dou para quem recebe salário de R\$ 50 mil”, disse o presidente do TST, Ives Gandra

O presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, defendeu a reforma trabalhista de Temer durante entrevista publicada nesta segunda-feira, e atacou os direitos sociais e trabalhistas e ainda defendeu que aqueles que ganham menos merecem indenizações menores.

Segundo a entrevista que o ministro deu ao jornal Folha de São Paulo, a crise atual foi parcialmente causada pelas leis trabalhistas: “um pouco da crise veio exatamente do crescimento de encargos trabalhistas”. Como se não bastasse, disse que “nunca vou conseguir combater desemprego só aumentando direito.”

Para a vice-presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Noemia Porto, as declarações do ministro dizem respeito apenas à sua opinião e “não fala em nome da Justiça do Trabalho”, formada por quase 4 mil magistrados. A declaração foi feita durante uma audiência no Senado Federal da Subcomissão do Estatuto do Trabalho, que pertence à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Para comprovar a sua tese de que é preciso retirar direitos para aumentar o emprego, Ives Gandra Filho citou o PPE, Programa de Proteção ao Emprego, implementado durante o governo da ex-presidente Dilma. “O governo anterior editou uma medida principalmente para o setor automotivo, criando o programa de proteção ao emprego. Os dois pilares eram reduzir jornada e salário para evitar o desemprego. Posso querer dar direitos aos funcionários, mas tenho que competir no mercado” – o único problema é que o programa foi um fracasso completo.

Além da baixa adesão, desde 2015, quando o PPE foi implantado, somente o setor da indústria perdeu 1,9 milhão de postos de trabalho, e as montadoras seguem no topo da lista das demissões. O projeto previa o corte nos salários dos funcionários com diminuição da jornada, e ficava uma parte do salário cortado sob encargo do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Em contrapartida a empresa não poderia demitir os trabalhadores por um ano.

Noemia defendeu que “apenas uma discussão, plural, técnica e abran-

gente pode talvez legar, para as presentes e futuras gerações, uma legislação capaz de incorporar os problemas reais do mundo do trabalho, sem nenhuma dessas falácias sobre modernidades, geração de empregos a partir da redução de direitos, ou a partir da ideia jamais comprovada de que a produtividade do setor econômico tem relação direta com a degradação da pessoa do trabalhador”.

Também presente na audiência, o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Jurna, considerou “inopertunas” as afirmações do presidente do TST. “Entendemos que as declarações do ministro erram na forma e no conteúdo, já que revelam um posicionamento arcaico, demonstram falta de sensibilidade social e não valorizaram a importância dos representantes dos trabalhadores no equilíbrio das relações entre empregados e empregadores”, afirmou

“Ao ser perguntado sobre os parâmetros estabelecidos na nova lei trabalhista para a indenização de trabalhadores, (que estipula que devem ser proporcionais ao salário da vítima) Gandra Filho indagou se “não faria uma mesma ofensa, dependendo do salário, ter tratamento desigual? Ora, o que você ganha mostra sua condição social”. Segundo o ministro, “não é possível dar a uma pessoa que recebia um mínimo o mesmo tratamento, no pagamento por dano moral, que dou para quem recebe salário de R\$ 50 mil. E como se o fulano tivesse ganhado na loteria”.

Nesse sentido Noemia lembra que a nova lei trava a ação dos juízes para evitar justamente que essas discriminações aconteçam; “a ideia de que se o trabalhador ganha pouco a sua indenização tem que ser ínfima – [é] algo com o que nós não temos como concordar, na medida em que a Constituição do Brasil garante para todos os cidadãos, e não apenas o cidadão trabalhador, o direito a uma reparação integral em caso de dano que seja ocasionado por ato ilícito”.

Vale ressaltar que Gandra Filho já defendeu que existem trabalhadores que se auto-mutilariam de propósito para ter acesso às verbas rescisórias. A sua entrevista é, portanto, apenas mais uma prova de que esta nova lei é baseada em falácias, precarizando o trabalho sob desculpa de modernização.

ANA CAMPOS

## RS: Polícia Civil entra em greve contra parcelamento de salário

Os policiais civis do Rio Grande do Sul entraram em greve nesta segunda-feira (6) contra o parcelamento dos salários.

A mobilização atinge os trabalhos de investigadores, escrivães e inspetores, conforme o Sindicato dos Escrivães, Inspectores e Investigadores de Polícia do Rio Grande do Sul (UGEIR-M-Sindicato), que decidiu aderir à paralisação após assembleia da categoria realizada no dia 1º de novembro em Porto Alegre.

Segundo o sindicato, a greve será encerrada

somente quando os salários de todos os policiais forem pagos integralmente. Este é o segundo mês consecutivo que a categoria cruza os braços pelo mesmo motivo.

Os funcionários decidiram que os carros da Polícia Civil não deixarão as delegacias durante o movimento de greve. Também não haverá o cumprimento de mandados de prisão, operações e ações policiais, serviço de cartório, entrega de intimações, remessas de inquéritos policiais e procedimentos de polícia judiciária.



## Warley Martins, presidente da Cobap 'Previdência não tem rombo, tem roubo!', afirma Warley

A COBAP (Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos) está organizando junto à FAPESP (Federação dos Aposentados do Estado de São Paulo), um grande ato no centro de São Paulo, contra os ataques à Previdência e também pela recriação do Ministério da Previdência Social. O ato será nesta quinta-feira, 9, e a concentração na Rua 24 de Maio, próximo à Praça da República.

Abaixo, publicamos trechos do artigo do presidente da entidade, Warley Martins, destacando as conquistas da CPI da Previdência, no Senado e denunciando que “a Previdência não tem rombo, tem roubo”.

“Relatório com 253 páginas elaborado pelo Senado durante a histórica CPI concluiu que não existe déficit nas contas da Previdência Social.

O sistema previdenciário dá lucro ao governo, fato que torna inviável e desnecessária a reforma do setor.

Após sabatar diversos técnicos, entidades, economistas e magistrados, a investigação demonstrou que os verdadeiros gargalos que precisam ser enfrentados são as fraudes e a sonegação.

Durante décadas, a Previdência Pública sofre com má gestão de políticos desumanos e incompetentes. Essas cobras furtaram muito dinheiro do INSS, desviando para projetos e interesses próprios, além de proteger grandes empresas sonegadoras.

Essas empresas privadas devem R\$ 450 bilhões à Previdência. E, para piorar, segundo a Procuradoria Geral da União, somente R\$ 175 milhões correspondem a débitos recuperáveis.

Observamos que centenas de empresários surrupiaram durante anos a suada contribuição dos trabalhadores e não sofreram nenhuma punição. E vergonhosos!”

Apesar destas conclusões alarmantes, que desmascaram a tese dos privatistas, a CPI da Previdência não teve destaque na grande mídia. Foi ocultada e ignorada propositalmente.

Essa notícia merecia destaque no Jornal Nacional da TV Globo, além de ser manchete na Folha, Estadão, Correio Braziliense e em muitos outros órgãos de imprensa.

Porém, os grandes devedores da Previdência também são importantes clientes destes meios de comunicação.

É fato que 52% da grande imprensa do Brasil encontra-se administrada por apenas cinco famílias, que fazem negociações constantes com o governo e com o capital estrangeiro, defendendo seus interesses maléficos.

Apesar desta covardia e omissão por parte de jornalistas comprados, a CPI da Previdência foi espetacular, pois ratificou tudo que dissemos no passado.

De forma ousada e pioneira, a COBAP se orgulha de ter lançado a ideia para que o senador Paulo Paim lutasse para instaurar a CPI na Previdência após 94 anos sem investigações.

Agora, os deputados e demais senadores estão cientes que, se votarem a favor da Reforma da Previdência, estarão cometendo injustiças e sendo cúmplices da farsa do governo mentiroso que dizia que o setor dava prejuízo.

A CPI provou e comprovou: a Previdência não tem ROMBO, tem ROUBO!”.

## HP ESPORTES VALDO ALBUQUERQUE



## Clássico eletrizante terminou em 3 a 2 Corinthians vence Palmeiras e amplia vantagem pelo título

Em jogo eletrizante no Itaquerão, com mais de 46 mil pagantes, Corinthians e Palmeiras protagonizaram a melhor partida do Brasileirão, com ligeira vantagem para o líder do campeonato que venceu por 3 a 2, abrindo seis pontos de diferença para o vice-líder, Santos.

Logo no começo do jogo o Verdão quase marca com Borja. O Timão respondeu com Rodriguinho que obrigou Fernando Prass a fazer ótima defesa. Jogo intenso e corrido. Romero, com alguns centímetros de impedimento, abriu o placar, com direito a selfie. O atacante paraguaio, aliás, após muita cobrança da torcida, foi um dos destaques do Timão. Balbuena e Jô marcaram os outros gols do Alvinegro. Mina e Moisés anotaram para o Verdão.

A equipe de Parque São Jorge, enfim, retornou o bom futebol apresentado no primeiro turno. Para isso, foi fundamental as entradas de Clayton e Camacho nos lugares de Jadson e Maycon, respectivamente.

Com Elano no comando, o Santos bateu o Atlético-MG por 3 a 1 na Vila Belmiro e assumiu a vice-liderança. Arthur Gomes, David Braz e Ricardo Oliveira marcaram para o Alvinegro Praiano, descontando Fred para o Galo, após cruzamento de Robinho, bastante vaiado pela torcida.

Renato Gaúcho mandou os titulares ao campo e o Grêmio venceu de virada o Flamengo por 3 a 1, em Porto Alegre. Assim, o Tricolor assumiu a terceira posição, pelo critério de saldo de gols, cinco a mais que o Palmeiras. Everton (2) e Luan anotaram para o Grêmio e Everton Ribeiro marcou para o Rubro-Negro.

Com um golão do uruguaio De Arrascaeta, o Cruzeiro venceu o Atlético-PR pelo placar mínimo. Já classificado para a Libertadores por ter vencido a Copa do Brasil, o Cruzeiro segue na quinta colocação do Brasileirão, o que abre espaço para mais uma time (7º colocado) na Libertadores. Atualmente, a posição é ocupada pelo Flamengo.

## OMS: fome no mundo aumenta e atinge 38 milhões mais em 2016

O informe anual da ONU para a Segurança Alimentar e Nutrição apontou que 11% da população mundial, 815 milhões de pessoas, foram afetadas pela fome durante o ano de 2016. A cifra representa um incremento de 38 milhões se comparado ao ano anterior, o que representa um grave retrocesso depois de quase uma década de diminuição da fome no mundo.

O informe, é preocupante, ainda que não estabeleça ao certo o que é considerado “fome e desnutrição” e, por isso podemos desconfiar que o número está subestimado, mas está certo ao apontar para a multiplicação de conflitos bélicos como causa central para a fome no mundo: “Durante a última década, o número de conflitos aumentou dramaticamente”, afirmam os responsáveis pela ONU para Agricultura e Alimentação (FAO), o Fundo Desenvolvimento Agrícola Internacional, UNICEF, Programa Mundial de Alimentos e OMS, enfatizando que as maiores taxas de crianças com insegurança alimentar e desnutrição estão concentradas em zonas de conflito. Há também o alerta de que, ao todo, 155 milhões de crianças menores de cinco anos padecem de retardo no seu processo de crescimento, ao passo que 52 milhões sofrem de inanição – com peso demasiado baixo para sua estatura.

O estudo especifica que o aumento da fome no mundo se deu sobretudo pelo aumento dos conflitos violentos na Ásia e África, sendo que o continente asiático apresenta a maior cifra de pessoas afetadas pela fome, 520 milhões. Tais conflitos tem participação, em sua maioria, de nações ocidentais como EUA e outros países europeus, a exemplo das guerras da Síria, Iraque, Afeganistão e Iêmen.

A África soma 243 milhões de pessoas com fome. Podemos citar o conflito da Líbia, dirigido diretamente pelos EUA, e que resultou não apenas na fragmentação do país africano de maior IDH antes da guerra, mas que também estabeleceu relações bárbaras como a escravidão e contribuiu para a desestruturação e conflitos locais pelo continente. A Somália, Sudão, Sudão do Sul e Nigéria também passam por conflitos, em grande medida, motivados por interesses de países que querem restaurar o colonialismo e de corporações em busca de riquezas naturais.

Na América Latina e Caribe, 42 milhões de pessoas sofrem com a fome.

O informe é a primeira avaliação global sobre a fome, produzida pela ONU, desde a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que tem como objetivo erradicar a fome e a má nutrição mundial até 2030.

Por fim, o relatório destaca que a humanidade “não vai acabar com a fome e todas as formas de desnutrição até 2030 a menos que enfrente todos os fatores que prejudicam a segurança alimentar e a nutrição. Garantir sociedades pacíficas e inclusivas é uma condição necessária para esse objetivo”.

## Macri quer manipular aplicação da inflação para cortar aposentadorias

O governo de Mauricio Macri, que depois dos bons resultados que teve nas últimas eleições legislativas se considera com condições de impor um violento ajuste aos direitos que a população conquistou nos últimos anos, pretende modificar o cálculo para atualizar as aposentadorias. Seus auxiliares mais próximos que tratam da questão declararam que o reajuste deve ir de acordo com os aumentos dos preços que, segundo eles, nos próximos anos irá decrescendo.

Porém, além de que a taxa de inflação no país está sendo fortemente subvalorizada, a cesta de consumo dos aposentados é mais cara que a geral por conta dos remédios e cuidados com a saúde, entre outros recursos. Segundo dados que especialistas divulgaram ultrapassa em 15% o Índice de Preços ao Consumidor oficial.

O Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas, PAMI, assinalou que a reforma da previdência busca liberar recursos para garantir o pagamento dos crescentes juros da dívida, e se enquadra na tentativa de amenizar o déficit fiscal recorde do governo.

Para Oscar Cetrángolo, economista da Universidade de Buenos Aires e perito em finanças públicas, o déficit fiscal de 2016 foi 7,85% do PIB.

Nesse contexto, Raquel Márquez, da Central de Trabalhadores Argentinos, denunciou que Macri quer aplicar um megaplan de reformas, que inclui cortes significativos para os aposentados, um dos setores mais necessitados.

O ajuste trimestral pela inflação que o governo impulsiona não congelará as aposentadorias em termos reais, como muitos criticaram, mas a situação será ainda pior, segundo investigadores do Centro de Economia Política Argentina. A proposta oficial é uma fórmula de reajuste com uma indexação que será mais baixa que a atual ao utilizar o índice de preços geral, enquanto os consumos dos aposentados são mais caros.

Os pesquisadores do CEPA realizaram um estudo sobre a evolução dos pagamentos, e concluíram que a aposentadoria mínima perderia aproximadamente 170 reais por mês em 2018 com o esquema de indexação por inflação.

SUSANA SANTOS

## Ex-vice-presidente argentino é preso sob acusação de ‘enriquecimento ilícito’

O ex-vice-presidente da Argentina durante a gestão de Cristina Kirchner, Amado Boudou, foi preso dia 3, acusado de enriquecimento ilícito.

A ordem de prisão partiu do juiz Ariel Lijo, que investiga o político também por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Para o magistrado, havia o risco de Boudou tentar impedir as investigações. O advogado do réu, Eduardo Durañona, disse estar “surpreso” com a detenção. “Está se falando de associação ilícita quando em nenhuma das causas em que [Boudou] é investigado se imputou sob nenhum conceito este delito”, prosseguiu Durañona.

O movimento político Unidade Ciudadã (UC) presidido por Cristina Kirchner, senadora recém eleita pela província de Buenos Aires, responsabilizou o atual governo de Mauricio Macri pela investida judicial contra dirigentes opositores.

Coincidentemente, o juiz que determinou a prisão do ex-vice-presidente é o mesmo que

investiga a causa do Correo Argentino, na qual estão imputados Macri e sua família, como donos da empresa SOCOMA, que tem uma dívida de aproximadamente 13 bilhões de reais com o Correo Argentino da qual o presidente tentou se auto-perdoar.

O texto acrescenta que o plano do Executivo “consta de dois claros objetivos: por um lado, atomizar qualquer dirigente que tente se opor a esta segunda fase de ajuste e investida contra os direitos dos trabalhadores. Por outro, distrair a cidadania argentina impondo uma agenda judicial, enquanto se implementam no plano econômico e político as diferentes reformas anunciadas dias atrás contra os trabalhadores, os aposentados e a sociedade em geral”.

Cristina apoiou a mais ampla investigação de todos os funcionários de seu governo, mas exigiu que sejam apresentadas provas claras.

# “BCE age como fundo abutre às custas da miséria do povo grego”



BCE exigiu e governo grego cedeu, pagando valor de face por títulos deteriorados

## Abbas: “Inglaterra ofertou uma terra que não era sua a quem não tinha o direito”

“Em seu escritório em Londres, em 2 de novembro de 1917, [Lord Arthur] Balfour assinou uma carta prometendo a terra da Palestina à Federação Sionista, um movimento político recém estabelecido cujo objetivo era a criação de um Lar Nacional para os europeus judeus. Ele prometeu uma terra que não era sua, ignorando os direitos políticos de quem já morava lá”, declarou em carta aberta o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmud Abbas.

Ao entregar a carta a quem seria pouco mais de 30 anos depois o primeiro presidente de Israel, Chaim Weissman, presidente da Federação Sionista Internacional, atendendo ao lobby do banqueiro Rotschild, Balfour, então secretário de assuntos estrangeiros do governo britânico, iniciou o processo de legitimação do movimento sionista que viria a implantar o atual regime de apartheid israelense em meio à uma das mais odiosas limpezas étnicas da história.

O presidente palestino e também líder do movimento de libertação, Al Fatah, criado por Yasser Arafat, lembra os 100 anos “desta política britânica, que apoiou a imigração sionista na Palestina ao mesmo tempo em que negava o direito árabe-palestino à autodeterminação, criou tensões severas entre os imigrantes judeus europeus e a população palestina nativa. A Palestina (o último ponto da agenda de descolonização) e nós, sua gente, que procuram nosso direito inalienável à autodeterminação, sofremos nossa maior catástrofe, em árabe al Nakba”.

### LIMPEZA ÉTNICA

Abbas denuncia a limpeza étnica que possibilitou a implantação de Israel, e a instalação de um regime de apartheid sobre o povo palestino: “Em 1948, as milícias sionistas expulsaram pela força de mais de 800 mil homens, mulheres e crianças de sua terra natal, perpetrando massacres horríveis e destruindo centenas de aldeias no processo”.

“A declaração de Balfour não é algo que pode ser esquecido. Hoje em dia, os palestinos somam mais de 12 milhões e estão espalhados por todo o mundo. Alguns foram



Cartaz na Palestina liga Balfour a Theresa May e afirma: ‘Balfour, supermatista branco. Seu legado é o apartheid’

expulsos de sua pátria em 1948, com mais de 6 milhões vivendo no exílio até hoje. Aqueles que conseguiram permanecer em suas casas são aproximadamente 1,75 milhões e vivem em um sistema de discriminação institucionalizada no que é hoje o estado de Israel”.

Ele ressalta ainda que “aproximadamente 2,9 milhões de pessoas vivem na Cisjordânia sob uma ocupação militar - convertida em colonização, dos quais 300 mil são os habitantes nativos de Jerusalém, que até agora têm resistido às políticas destinadas a expulsá-los da cidade. Dois milhões vivem na Faixa de Gaza, uma prisão a céu aberto sujeita a uma destruição regular através da força total do aparelho militar de Israel”.

“O ato físico de assinar a declaração Balfour é algo do passado, não é algo que possa ser alterado”, reconhece Abbas, mas adverte que “é algo que pode ser feito melhor. Isso exigirá humildade e coragem. Será necessário chegar a um acordo com o passado, reconhecendo os erros e tomando medidas concretas para corrigir esses erros”.

Abbas destaca “os comissários profundamente dolorosos por causa da paz, começando com a decisão de aceitar um Estado em apenas 22% de nossa pátria histórica, passando pelo reconhecimento do Estado de Israel, sem qualquer reciprocidade até este momento”.

“Temos apoiado a solução de dois estados nos últimos 30 anos, uma solução cada vez mais impossível a cada dia que passa. Enquanto o Estado de Israel continuar a ser celebrado e recompensado, ao invés de prestar contas frente às normas universais por suas contínuas violações do direito internacional, não terá

incentivo para acabar com a ocupação. Isto é agir de forma míope”.

Na carta, Abbas adverte que: “Israel e os amigos de Israel devem perceber que a solução de dois estados pode desaparecer, mas o povo palestino ainda estará aqui. Continuaremos a lutar pela nossa liberdade, quer essa liberdade venha através da solução de dois Estados ou, em última análise, pela igualdade de direitos para todos os que habitam a Palestina histórica”.

Ao governo inglês exige: “É hora de o governo britânico fazer sua parte. Passos concretos para acabar com a ocupação com base no direito internacional e as resoluções, incluindo a mais recente, a resolução 2334 do Conselho de Segurança da ONU, bem como o reconhecimento do Estado da Palestina na fronteira de 1967, com Jerusalém Oriental como sua capital, podem contribuir, para os direitos políticos do povo palestino”.

E conclui: “Somente quando que esta injustiça seja aceita como tal, teremos as condições para uma paz justa e duradoura no Oriente Médio, para o bem dos palestinos, dos israelenses e do resto da região”.

A premiê inglesa, Theresa May recebeu o chefe do apartheid israelense, Bibi Netanyahu e declarou que a Inglaterra se sente orgulhosa pela declaração Balfour. Manifestações de religiosos judeus em Londres e de palestinos em Gaza e Cisjordânia repudiaram a carta e as celebrações sionistas em sua homenagem.

NATHANIEL BRAIA

## Prefeita porto-riquenha afirma que número de mortos após o furacão é maior do que o oficialmente anunciado

A prefeita da capital de Porto Rico, San Juan, Carmen Yulín Cruz, afirmou na sexta-feira passada que a quantidade de mortos pelo furacão que atingiu a Ilha é, na realidade, muito maior que os números oficiais declarados pelo Governo.

Segundo um comunicado do governo de Porto Rico divulgado no dia 1 de novembro, a quantidade de pessoas que morreram é de 54, porém o número real de mortos pode ser de quase 500, revelou Yulín Cruz quando interrogada sobre a questão.

Muitas vítimas do fu-

racão não foram incluídas nesse número devido a que as causas do óbito não se registraram corretamente ou “foram catalogados como mortes naturais”, avaliou.

“Quando pessoas dependem, por exemplo, de um respirador artificial, e não havia energia elétrica, o pequeno gerador que havia se descarrega, e pessoas morrem por causas ditas naturais, mas isso está relacionado com a falta de eletricidade provocada pelo sinistro”, disse.

De acordo com uma declaração emitida em 28 de outubro pelo go-

verno de Porto Rico, 911 corpos foram cremados nas semanas posteriores ao furacão María foram considerados resultado de causas naturais. Porém, a media de cremações na ilha no mesmo período de tempo é aproximadamente a metade, informou Yulín Cruz.

Sobre os porto-riquenhos que sobreviveram à tormenta, as condições de vida continuam sendo nefastas, assinalou a prefeita, e admitiu que muitas pessoas ainda estão sem eletricidade, com suas moradias destruídas e sem serviços mínimos.

No artigo “Os abomináveis ganhos do BCE obtidos à custa do povo grego”, de Eric Toussaint, do qual seguem principais trechos, o autor condena a terapia de choque do Banco Central Europeu que incluiu “corte nos salários, aposentadorias e direitos sociais”

ERIC TOUSSAINT\*

O presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, acaba de reconhecer que os bancos centrais dos países membros da zona do euro obtiveram lucros de 7,8 bilhões de euros graças aos títulos gregos. Títulos que o BCE comprou durante os anos 2010-2012 no marco do programa SMP (Programa de Mercados de Valores Mobiliários).

A estes ganhos se somam outros, dos quais o presidente do BCE não fala: os obtidos por esses mesmos bancos centrais no marco das compras denominadas ANFA (Acordo sobre Ativos Financeiros Líquidos). Acrescente-se o conseguido pelos 14 países da zona do euro, que concederam empréstimos bilaterais à Grécia, em 2010, com taxas de juros abusivas de cerca de 5%. Por exemplo, a Alemanha conseguiu mais de 1,3 bilhões de euros de lucro graças ao seu empréstimo bilateral à Grécia. E a França não ficou atrás.

Seria necessário contabilizar também as economias realizadas pelos países dominantes da zona do euro no refinanciamento de suas dívidas públicas: a crise que golpeou a Grécia e a outros países da periferia produziu uma fuga de credores que privilegiaram os países mais ricos da zona do euro que, consequentemente, conseguiram uma redução no custo de suas dívidas. No caso da Alemanha, entre 2010 e 2015, as economias chegariam a 100 bilhões de euros.

Finalmente, o BCE comprou no marco do *quantitative easing* títulos soberanos alemães por 400 bilhões de euros, a maioria das vezes com um rendimento nulo ou negativo. O BCE também comprou títulos soberanos franceses por um montante um pouco inferior. Estas aquisições de títulos alemães e franceses não lhe rendem nada, enquanto que os títulos gregos que possui, com um valor dez vezes inferior, lhe aportaram 7,8 bilhões de euros de lucros. Qualquer um pode responder a quem beneficia esta política do BCE.

A mecânica é implacável: todas as vezes que uma parte dos benefícios do BCE obtidos dos títulos gregos foi transferida a Atenas, esse dinheiro foi imediatamente repartido entre os credores para pagar a dívida. E preciso pôr fim a esse saque. Os benefícios do BCE obtidos à custa do povo grego devem ser devolvidos à Grécia e utilizados, integralmente, nos gastos sociais para remediar os efeitos dramáticos das políticas ditadas pela Troika e garantir a retomada do emprego. A dívida cobrada da Grécia deve ser anulada, já que é ilegítima, odiosa, ilegal e insustentável. E o que demonstrou a Comissão para a verdade sobre a dívida grega, instalada pela presidenta do parlamento do país em 2015. O memorando em curso deve ser revogado.

O BCE, sob a direção de Jean-Claude Trichet - muito ligado à banca - interveio com a principal preocupação de limitar ao máximo as perdas dos bancos privados franceses, alemães, italianos e do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), muito expostos tanto ao setor privado como ao setor público grego.

Diferente do discurso dominante, o problema principal era levantado por bancos gregos à beira da insolvência, cuja possível quebra constituía uma séria ameaça aos credores e, em certos casos, para seus proprietários que eram, precisamente, os bancos franceses, alemães, italianos ou do Benelux.

O BCE se negou a reduzir a dívida pública, enquanto que, geralmente, o lançamento de um plano chamado de “resgate” vai acompanhado de uma reestruturação da dívida. O BCE repudiava essa perspectiva; queria dar tempo aos banqueiros dos países dominantes da zona do euro e reduzir sua exposição à dívida pública grega.

O FMI dirigido por Dominique Strauss-Kahn, pessoa também próxima ao lobby

bancário, adotou a mesma posição que o BCE. Incluindo o governo do socialista grego Yorgos Papandreu se preocupava em defender os interesses dos banqueiros gregos, sendo favorável a um plano de “resgate” que haveria aportado algumas dezenas de bilhões de euros para sua recapitalização. Desse modo, se evitava uma redução da dívida pública grega - que haveria afetado os banqueiros, proprietários de títulos gregos.

O segundo aspecto fundamental na linha dos principais protagonistas que estabeleceram o memorando é a vontade de aplicar uma terapia de choque na Grécia: brutal diminuição de salários e aposentadorias, ataques radicais aos direitos sociais, aceleração enorme das privatizações, etc. E, ao mesmo tempo, o abandono do exercício da soberania por parte da Grécia como país e a transformação do seu parlamento em câmara de registro das decisões tomadas pelos credores. Apesar de que esses objetivos não figuram em absoluto no mandato do BCE, este seguiu intervindo, em vários países, na mesma direção (alguns meses mais tarde na Irlanda, também na Itália, sem esquecer Portugal e Chipre).

Resumo do ato 1º: O BCE interveio, em primeiro lugar, rechaçando uma redução da dívida grega para proteger os interesses dos banqueiros privados estrangeiros e gregos; e em segundo lugar, formando parte de uma Troika que organiza a substituição dos credores privados por públicos - em um primeiro momento, 14 Estados da zona do euro por um montante de 53 bilhões de euros e o FMI por um montante de 30 milhões de euros.

2º Ato: O BCE permite que os grandes bancos privados se livrem vantajosamente da Grécia. Com o fim de ajudar os bancos estrangeiros a reduzir substancialmente sua exposição à dívida grega, o BCE lança o programa SMP e compra massivamente títulos gregos no mercado secundário. O BCE adquire esses títulos de grandes instituições bancárias europeias que quer proteger - BNP Paribas, Crédit Agricole, Société Générale, Commerzbank, Dexia, ING e Deutsche Bank.

O que teria ocorrido se o BCE não houvesse lançado o programa SMP? Os preços dos títulos gregos haveriam alcançado um preço limite da ordem de 20 % de seu valor nominal. Porém as compras massivas do BCE os mantiveram em nível anormalmente elevado, no patamar de 70 % do valor nominal. Graças ao BCE os bancos privados limitaram suas perdas no momento da revenda dos títulos. Enquanto se supunha que o BCE não deveria impedir o livre jogo das forças do mercado, sua intervenção implicou na distorção dos preços de revenda desses títulos, ao mantê-los artificialmente altos.

O fato de que o preço no mercado secundário de um título se mantenha a 70% de seu valor nominal, em vez de cair a 20% de dito valor, não melhora a situação do devedor, já que deve pagar exatamente o mesmo montante em termos de juros, uma vez que estes estão calculados conforme o valor nominal. No vencimento do título, deve reembolsar 100% desse valor. Se os títulos de um Estado alcançaram um limite de preço, este poderia propor uma recompra de títulos com um desconto que terminaria com o pagamento de seus juros. Foi o caso do Equador em 2009, que conseguiu impor um desconto de 70%.

3º Ato: O BCE se aproveita da reestruturação da dívida grega em 2012 e se comporta como fundo abutre e também obteve seu reembolso de 100%.

\*Eric Toussaint é membro do Conselho da Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos (ATACC). A íntegra do artigo está em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# Paradise Papers flagram evasão fiscal da rainha e dos monopólios



Rainha acobertou 11 milhões de libras esterlinas em antro nas Ilhas Cayman

## Insânia: 26 mortos a tiro em vilarejo do Texas que só tem um semáforo

A doença americana – a matança a tiros e sem explicação de inocentes por um atirador desvairado – voltou a se manifestar nos EUA, na cidadezinha de Sutherland Springs, a 54 km de San Antonio, com um soldado da Força Aérea disparando com uma AR-15 contra as pessoas que participavam de um culto por volta de 11 horas da manhã em uma pequena igreja batista, matando 26 e ferindo 20. A população do vilarejo, conforme o censo de 2000, sequer chega a 400.

Famílias foram mortas a sangue frio, enquanto agarravam bíblias e oravam. As vítimas variaram em idade de 5 a 72, e entre os mortos havia crianças, uma mulher grávida e a filha de 14 anos do pastor. Uma família perdeu oito pessoas de três gerações. O assassino em massa foi identificado como Devin Patrick Kelley, 26, e foi encontrado morto depois de ser perseguido por um morador armado e bater com o carro. Ele vestia um colete à prova de bala.

Kelley havia servido em uma base aérea no Novo

México mas em 2012 fora à corte marcial por atacar a mulher e filho e ficado preso durante um ano. Recebeu baixa por “má conduta” em 2014. Meios de comunicação afirmam que ele havia feito ameaças aos sogros, que não estavam no culto. O assassino e as vítimas são brancos e, portanto, não se trata de um crime com fundo racial.

Do Japão, primeira parada de sua turnê pela Ásia, o presidente Trump creditou o tiroteio a um “problema de saúde mental do mais alto nível” e não uma “situação de [excesso de] armas”, acrescentando que o atirador era “um indivíduo muito perturbado”. Esqueceu de explicar porque isso aconteceu nos EUA, entra ano e sai ano.

Nesse mesmo dia, há oito anos, tiroteio no Fort Hood, também no Texas, havia causado a morte de 17. Há um mês atrás, o massacre havia sido em Las Vegas: 59 mortos. Trump decretou bandeiras a meio mastro nos prédios federais em sinal de luto até quinta-feira, após

asseverar que “felizmente outra pessoa tinha uma arma que estava atirando na direção oposta, ou teria sido muito pior”.

Embora a oposição democrata sempre procure reduzir o horrendo fenômeno à falta de leis para restringir a venda e posse de armas e ao poderio do cartel do Rifle, não cessa nos EUA a repetição ritualizada de genocídio, como os que os marines não param de cometer nos países que invadem nas suas intermináveis guerras.

### “TIROS EM COLUMBINE”

Como o cineasta Michael Moore – diretor de “Tiros em Columbine” – costuma dizer, não são as armas que matam por si, são as pessoas que empunham essas armas. E que sucumbiram à desumanização imposta pelos monopólios ianques e sua sociedade perversa e egocêntrica, em que a capacidade de se identificar com o próximo se perde em meio ao vazio existencial e à apologia da revanche, o ódio irracional e demente.



## Tina Schnitzer admite ‘direito boliviano’ Miss Chile defende a Bolívia com acesso ao mar: ‘questão de justiça’

“Creio que vocês têm que saber que o povo chileno está com a Bolívia. Estamos com vocês, queremos que sigam lutando por seus direitos, o mar pertence à Bolívia”, afirmou a miss chilena Valentina Schnitzer, no último domingo, durante a final do concurso Rainha Hispano-americana de Beleza.

No evento, realizado na cidade boliviana de Santa Cruz, Valentina – Tina como também é chamada – para destacou a verdade e a justiça por trás da demanda marítima e defendeu que as autoridades chilenas ponham “uma mão no coração”. “Eu creio que somos todos filhos de Deus, portanto temos que viver em um planeta mais justo, precisamos que se tomem decisões políticas mais justas para todos”, acrescentou a miss.

O presidente Evo Morales agradeceu as palavras de incentivo. “Saúdamos a miss Chile, Valentina Schnitzer, que com valentia expressa o sentimento do povo chileno: o mar pertence a Bolívia”, escreveu o dirigente boliviano.

## Riad prende no Ritz 11 príncipes e 30 ex-ministros por ‘corrupção’

Sob acusação de “corrupção”, 11 príncipes sauditas, entre eles filhos do falecido rei Abdullah e o bilionário Al Waleed bin Talal, mais trinta ex-ministros e outros altos funcionários, tiveram sua prisão decretada no sábado (4) em Riad, o que foi visto como um movimento ousado do príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, para solidificar seu controle.

Os príncipes já estão detidos no Hotel Ritz Carlton cinco estrelas, o mesmo onde se hospedou Trump em sua visita de maio à Arábia Saudita, ou em prisão domiciliar. Na descrição do Guardian, a ação “enviou ondas de choque através das fileiras da elite do reino, que há muito considerava imune a realza superior”.

Já para o site moonofalabam, parece mais uma nova “longa noite dos punhais”. Purga anterior, em julho, havia destronado o ex-príncipe herdeiro Nayaf e o substituído pelo jovem bin Salman. Após a remoção do ramo Nayaf da família Al Saud de todos os centros de poder, chegou a vez do ramo Abdullah. O príncipe Mitieb bin Abdullah foi destituído do comando da Guarda Nacional, e substituído pelo príncipe Khalid bin Abdulaziz al Muqrin. Também mudou de mãos o controle das três emissoras de televisão.

## Tribunal de Bruxelas decidirá dia 17 sobre deportação do presidente catalão cassado

O presidente cassado da Generalitat [Governo da Catalunha], Carles Puigdemont e outros quatro dirigentes terão de comparecer no dia 17 a um tribunal de Bruxelas, que decidirá se os extradita ou não a Madri, como solicitado pelo regime Rajoy & monarquia, sob acusação de “rebelião, sedição, malversação e conexos”. Eles estão em liberdade provisória.

No dia 21 de dezembro serão realizadas eleições - sob intervenção - na Catalunha, decisão que se seguiu à aplicação do artigo 155 da constituição espanhola para cassar o executivo e o parlamento regional e negar qualquer negociação sobre o referendo que votou pela separação como decorrência de uma década de austeridade, desemprego e retrocesso na autonomia sob a Troika. Rajoy nomeou como interventora sua vice, Soraya de Santamaría, que gosta de posar de “Dama de Ferro” espanhola. No dia 2, a juíza es-

panhola Carmen Lamela decretou a prisão de oito dirigentes catalães cassados, entre eles o vice-presidente Oriol Junqueras, sob alegação de “risco de fuga, reiteração delitiva e destruição de provas”. A penas para os crimes de que são acusados os catalães são de 25 anos (rebelião), 15 anos (sedição) e 8 a 10 anos (malversação de fundos públicos). Trabalhadores catalães convocaram uma greve geral na região contra a intervenção para o dia 8, cuja realização já foi contestada pela entidade patronal regional.

A ex-candidata presidencial socialista francesa de 2007, Ségolène Royal, em entrevista sobre a crise na Catalunha, declarou que “qualquer um pode ver o estranho que é encarcerar pessoas, no coração da Europa, por levar a cabo uma luta ideológica”. Ela acrescentou que as instituições europeias deveriam “proporcionar um foro para a negociação”.

Vazamento de 13,4 milhões de documentos revela: da rainha inglesa à Apple, “quando se trata de pagar imposto, existe uma regra para os super-ricos e outra para o resto de nós”

Um gigantesco vazamento de 13,4 milhões de documentos sobre a evasão de impostos em 19 paraísos fiscais veio a público na segunda-feira (06), sob o nome de “Paradise Papers” – os Papéis dos Paraísos [Fiscais] –, revelando que, da rainha inglesa Elizabeth II ao secretário do comércio de Trump, Wilbur Ross, e ao primeiro-ministro canadense Justin Trudeau, mais ministros como Henrique Meirelles (Brasil) e Luis Caputo (Argentina), passando por um magnata saudita e astros do show-biz até monopólios como a Apple, Uber, Nike e Glencore, “quando se trata de pagar impostos, existe uma regra para os super-ricos e outra para o resto de nós”, na apurada descrição do líder trabalhista inglês Jeremy Corbyn.

Ainda maior que os “Panama Papers”, a denúncia foi igualmente obtida pelo jornal alemão Süddeutsche Zeitung e posteriormente repassada ao Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ) – que busca ser um tipo de “WikiLeaks” mais palatável ao establishment e com sede em Washington -, e sua divulgação envolveu, ainda, o Guardian inglês e o New York Times norte-americano.

Via paraísos fiscais offshore, magnatas e monopólios evitam pagar impostos e têm facilitada a lavagem de dinheiro e a ocultação do produto da corrupção. Com a globalização e a metástase do rentismo, os paraísos fiscais tiveram um crescimento exponencial, o que também favorece as máfias e os traficantes.

Metade dos documentos se refere a um escritório de advocacia, Appleby, que gosta de se apresentar como “o Rolls Royce” dos escritórios especializados em evasão fiscal offshore. São 19 os paraísos fiscais arrolados: Antígua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Bermudas, Ilhas Cayman, Ilhas Cook, Dominica, Grenada, Labuan, Líbano, Malta, Ilhas Marshall, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente, Samoa, Trinidad e Tobago e Vanuatu.

Outro antro investigado é a Asiatic Trust, baseado em Singapura. Existe até mesmo uma “instituição” que representa os escritórios que proporcionam fachada para a lavagem de dinheiro, o International Financial Centers Fórum (IFC), que, aliás, declarou que os paraísos fiscais nas dependências da coroa britânica têm “os mais altos padrões regulatórios”.

Conforme o vazamento, 11 milhões de libras esterlinas da rainha Elizabeth II foram “investidos” em um “fundo” das Ilhas Cayman. Um dos principais líderes conservadores, Lord Ashcroft, foi flagrado com US\$ 450 milhões em um ‘trust’ em um paraíso não identificado. Ashcroft, apesar de ser membro da câmara dos lordes, a câmara alta que não é eleita, sempre se negou a pagar impostos na Inglaterra e inclusive mantinha seu domicílio fiscal fora do país!

O “trust” é aquele tipo de evasão fiscal popularizada pelo ex-presidente da Câmara Federal e atual presidiário Eduardo Cunha, autor da inesquecível justificativa “sou o usufrutuário”. Agora os pegos com a boca na botija na modalidade foram os ministros da Economia brasileiro Henrique Meirelles e argentino, Luis

Caputo. Assim como o atual primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, através do administrador de seus “investimentos”.

Entre as corporações transnacionais cujas digitais foram descobertas nos Paradise Papers, estão a Apple, “que secretamente moveu partes do império para Jersey depois da disputa sobre assuntos fiscais”. Também a mineradora Glencore, a Uber e a Nike.

Estudo divulgado em maio do economista Gabriel Zucman da Universidade da Califórnia, Berkeley, e mais dois colegas escandinavos, “Evasão e Desigualdade Fiscal”, demonstrou que os super-ricos, o 0,01% do topo, escondem cerca de 25% da sua riqueza especialmente em paraísos fiscais. “Na nossa estimativa, o 0,01% da distribuição possui cerca de 50% do total [riqueza offshore]”.

A evasão fiscal nos EUA transformou-se em um empreendimento em escala industrial e incorporado ao modus operandi dos monopólios ianques. Estima-se que as corporações norte-americanas detenham US\$ 2 trilhões em dinheiro nos paraísos fiscais offshore para escapar do pagamento de impostos dos EUA – o que equivale a 14% do PIB. Só a Apple mantém US\$ 240 bilhões - das suas reservas de caixa de US\$ 256 bilhões - no exterior, a fim de evitar pagar imposto se repatriar o dinheiro.

### “PANAMA PAPERS”

Quando vazaram os Panama Papers, o então primeiro-ministro islandês Sigmundur Gunnlaugsson se viu forçado a renunciar depois que documentos mostraram que ele e sua esposa operavam uma empresa de fachada nas Ilhas Virgens Britânicas para driblar os impostos islandeses e lucrar com o resgate pós-2008. Ainda é cedo para saber quem vai ao chão no atual round.

Quanto ao que move o ressurgimento da questão exatamente neste momento, o que parece é que a mídia está buscando direcionar para a “interferência russa”, com análises desinteressadas da mídia relacionando o secretário do comércio de Trump, o bilionário Wilbur Ross, dono da Navigator, com uma empresa russa que entre seus acionistas tem “um genro de Putin”, a Sibur. Mas Ross já reiterou que quando comprou a empresa, esta já tinha acordo com os russos, e não o contrário.

Também se fala em “agentes estatais russos” fazendo “investimentos no Twitter e Facebook”, como se não fosse o Consenso de Washington que tivesse imposto ao planeta a revoada de capitais do mundo inteiro para Wall Street – e quando isso falha, a casa cai, como em 2008. Mas a acusação de que oligarcas russos fizeram uso de paraísos fiscais para obter mais um naco dos clubes de futebol ingleses Arsenal e Everton, pelos precedentes no caso deve ser a mais pura verdade.

O Guardian pergunta se os paraísos fiscais “não foram longe demais”. Em carta dirigida aos líderes mundiais, mais de 300 economistas, inclusive o Prêmio Nobel, Sir Angus Deaton, advertiram que “a existência dos paraísos fiscais não aumenta a riqueza global ou o bem-estar global; não serve a propósito econômico útil”. Naturalmente, os monopólios, os ladrões, os corruptos, os fraudadores de imposto e, agora se sabe, até sua majestade, discordam.

ANTONIO PIMENTA



Manifestantes ocuparam as praças e foram à embaixada dos EUA na capital

## Japoneses tomam as ruas de Tóquio em repúdio à visita de Trump e a Shinzo Abe

Milhares de manifestantes tomaram as ruas de Tóquio, no domingo (5), em protesto contra as políticas do primeiro-ministro, Shinzo Abe, durante a visita do presidente dos EUA, Donald Trump.

Tocando tambores, os japoneses denunciaram a ocupação militar norte-americana e a escalada das tensões por parte do Japão e EUA contra a Coreia Popular afirmando “não a guerra” e “não a Trump”. Na manifestação também era possível ver diversos cartazes criticando a crise econômica com os dizeres “não a pobreza”. A manifestação contou até mesmo com uma performance, onde um homem fantasiado de Trump foi enterrado sob

uma pilha de blocos com as palavras “guerra”, “pobreza”, e “morte por exaustão”, referindo-se as jornadas exaustivas impostas aos trabalhadores japoneses.

O protesto ocorreu durante a realização da 20ª Reunião Nacional dos Trabalhadores japoneses. Além das críticas a Trump, os manifestantes criticaram a política Abe, que submete o país aos interesses dos EUA permitindo que centenas de milhares de soldados norte-americanos permaneçam no Japão.

O governo Abe também foi criticado por sua política econômica, que prevê a privatização de diversas empresas no país, além de colocar o país em uma grave

crise de deflação – queda de preço persistente pela falta de consumo (superprodução).

### CHANCELARIA CHINESA

O governo chinês repeliu as declarações do premi japonês Shinzo Abe que disse estar pronto para abater mísseis da Coreia Popular. “A situação na península da Coreia já está muito complicada e sensível. Esperamos que nas condições atuais todas as afirmações e ações das partes respectivas contribuam para acalmar a situação, contribuindo para resolução do problema da península da Coreia através de negociações”, disse a porta-voz da chancelaria chinesa, Hua Chunying.

# Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil - 16

Continuação da edição anterior

Em parte, os acontecimentos posteriores à Independência que acabaram por conduzir à sua abdicação, empanaram – como é inevitável – a grandeza de D. Pedro. Em especial, essa grandeza se traduziu no assumimento, até o final da vida, da nacionalidade brasileira – mesmo depois da saída do Brasil

CARLOS LOPES

Em 14 de dezembro de 1821 – um mês antes do “Fico” – D. Pedro escrevia a D. João VI:

“... a publicação dos decretos [das Cortes de Lisboa] fez um choque mui grande nos brasileiros e em muitos europeus aqui estabelecidos, a ponto de dizerem pelas ruas: ‘Se a constituição é fazerem-nos mal, leve o diabo tal cousa; havemos fazer um termo para o Príncipe não sair; sob pena de ficar responsável pela perda do Brasil para Portugal, e queremos ficar responsáveis por ele não cumprir os dois decretos publicados; havemos fazer representações juntos com S. Paulo e Minas, e todas as outras que se puderem juntar dentro do prazo, às Cortes, e sem isso não há de ir’.

“Veja Vossa Majestade a que eu me expus pela nação e por Vossa Majestade. Sem embargo de todas estas vezes eu me vou aprontando com toda a pressa e sossego, afim de ver se posso, como devo, cumprir tão sagradas ordens, porque a minha obrigação é obedecer cegamente, e assim o pede a minha honra, ainda que perca a vida: **mas nunca pela exposição ou perdimento dela fazer perder milhares.**

“Faz-se muito preciso, para desencargo meu, seja presente ao soberano congresso esta carta, e Vossa Majestade lhe faça saber da minha parte que - **me será sensível sobremaneira se for obrigado pelo povo a não dar o exato cumprimento a tão soberanas ordens:** - mas que esteja o congresso certo que hei de fazer com razões ou mais fortes argumentos, diligenciando o exato cumprimento quanto nas minhas forças couber” (cf. “**Cartas de D. Pedro Príncipe Regente do Brasil a Seu Pai D. João VI Rei de Portugal (1821-1822)**”, Rothschild & Cia, S. Paulo, 1916, pp. 37-38, grifos nossos).

D. Pedro sabia que suas cartas ao pai eram, sempre, entregues às Cortes de Lisboa – dizem alguns que por covardia de D. João VI. Assim, ao escrever ao pai, ele sabia que estava, também, escrevendo às Cortes. Daí a fórmula, algo protocolar, “seja presente ao soberano congresso esta carta”.

## BRASILEIRO

Em parte, os acontecimentos posteriores à Independência que acabaram por conduzir à sua abdicação, empanaram – como é inevitável – a grandeza de D. Pedro.

Em especial, essa grandeza se traduziu no assumimento, até o final da vida, da nacionalidade brasileira – mesmo depois da saída do Brasil; mesmo quando lutava, em Portugal, contra o absolutismo de seu irmão, D. Miguel, que usurpou o trono de sua filha Maria da Glória (D<sup>a</sup> Maria II); mesmo quando, vitorioso, designado regente do país lusitano, em nome da filha menor de idade.

Muito perto da morte, acontecida em 1834 - quando tinha apenas 35 anos - ele “*provava que sabia expor a vida pela liberdade e, se combatia à frente dos constitucionalistas portugueses, não renunciara por isso à cidadania brasileira*”. Como diz o mesmo autor:

“Por difícil que parecesse à primeira vista justificar essa posição, o certo é que D. Pedro a ela se aferrou e teve-a como clara e legítima. Por amor e por escrúpulo continuou depois de 7 de abril de 1831 a considerar-se brasileiro, sem embargo de sua participação na política de Portugal.

“E um *leitmotiv* de todas as suas cartas desde a partida do



Brasil até a morte. A 12 de abril de 1831, de bordo da *Warspite*, dizia a D. Pedro II, ‘meu querido filho e meu imperador’: ‘ame a sua e minha pátria’; a 6 de junho repetia: ‘lembre-se sempre de um pai que ama e amará até a morte a Pátria que adotou por sua’; de Cherburgo, a 9 do mesmo mês, falava ‘na pátria que adoro’; de Paris, a 19 de outubro, reafirmava: ‘não posso deixar (...) de por este modo como bom brasileiro felicitar-te pelo dia de hoje’; de Paris ainda, referia-se, a 5 de novembro, ao ‘Brasil, minha Pátria’, a 26, à ‘tua Pátria de nascimento e minha de adoção’ e, a 9 de janeiro de 1832, lembrando o tormento que lhe era a ausência dos filhos e da ‘Pátria à qual dera a Independência e oferecera a Constituição’, exprimia a sua ternura de brasileiro nestas palavras tocantes: ‘o Brasil é também meu filho, não é só tu’.

“Empenhado já na campanha da restauração do trono de D. Maria II, nos Açores, não variava de linguagem. O ‘Brasil tua Pátria de nascimento e minha de adoção’, ‘como brasileiro que sou’ - escrevia a 11 de março. A 16 de abril, contando que breve partiria à frente da expedição contra o usurpador, justificava assim a sua conduta: ‘Esta minha firme deliberação é filha somente do Amor que eu consagro e sempre consagrarei às instituições livres: fui pelos meus concidadãos tachado de lhe [sic] ser desafeto e ao Brasil; mas o que eu sei é que quanto à primeira que vou pela causa da Liberdade (que é uma só causa) bater-me e expor a minha vida, e quanto à segunda que eu sempre fui verdadeiramente brasileiro’.

“Do Porto, entre portugueses, regente de Portugal, em hora de provocações, desabafava em carta de 9 de janeiro de 1833, cujo alcance o filho criança nada ou pouco perceberia: ‘Meu coração se sente estalar de dor por me ver tão longe de ti e de tuas manas, fora do país em que me criei e do seio daquela nação a que pertenco (...) hoje fazem [sic] onze anos que os Brasileiros me pediram que ficasse no Brasil, e quem me diria, a mim, que neste ano me acharia tão longe?’.

“Ainda do Porto, decorridos dois meses, exalava os seus queixumes de pai e de patriota: ‘Ah! meu amado filho eu te mereço o amor que tu me mostras; eu me interesso por ti, bem como pela pátria que adotei antes mesmo de a tornar independente; (...) espero que ainda poderei ter o gosto de ir ver-te e de abraçar-te: quando todos os espíritos estiverem convencidos de que eu nada mais ambiciono senão ver-te; ver o país em que fui criado e educado, do qual me separei saudosos, não só porque nele te deixei e a tuas manas, mas porque o amo tanto (tu me perdoarás) como te amo a ti.’” (Octavio Tarquinio de Sousa, “**História dos Fundadores do Império do Brasil**”, vol. IV, “*A vida de D. Pedro I*”, tomo 3, ed. cit, pp. 1126-1128).

## RÉQUIEM

Evaristo da Veiga, um dos principais integrantes da oposição a D. Pedro I, durante a crise que desembocou na abdicação,



“A Proclamação da Independência”, de François-René Moreaux. Acervo do Museu Imperial de Petrópolis- RJ

completamente a sua posição antes da Independência:

“O 13 de Maio foi, é e será para sempre um dia de júbilo no Brasil inteiro. E este o dia que os leais habitantes desta cidade escolheram para assinalar ao mesmo tempo duas épocas memoráveis: o nascimento de V. M., e a **minha elevação ao título de Defensor Perpétuo do Brasil.** Depois do beija-mão, a municipalidade mandou pedir-me uma audiência, que eu lhe concedi imediatamente, e esta corporação, pelo órgão de seu presidente, dirigiu-me um discurso muito enérgico, no qual me suplicou aceitasse o título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil, pois que tal era a vontade de toda a província e do Brasil inteiro. **Respondi-lhe: honro-me e me orgulho do título que me confere este povo leal e generoso; mas não o posso aceitar tal como se me oferece. O Brasil não precisa da proteção de ninguém; protege-se a si mesmo. Aceito porém o título de Defensor Perpétuo e juro mostrar-me digno dele enquanto uma gota de sangue correr nas minhas veias**” (grifos nossos).

Mais adiante, D. Pedro desenvolve mais esta ideia:

“Defenderei o Brasil que tanto me honrou, como a V. M., porque tal é o meu dever como brasileiro e como príncipe. Um príncipe deve sempre ser o primeiro a morrer pela pátria; deve trabalhar mais que ninguém pela felicidade dela; **porque os príncipes são os que mais gozam da felicidade da nação e é por isso que eles devem esforçar-se por bem merecer as riquezas que consomem, e as homenagens que recebem dos outros cidadãos**” (grifo nosso).

Esta é uma definição que ele considera – com razão – no campo dos príncipes. Na mesma carta, ele entra, também, nas questões políticas – basicamente, a necessidade de uma Constituição específica do Brasil:

“É necessário que o Brasil tenha Cortes suas: esta opinião generaliza-se cada dia mais. O povo desta capital prepara uma representação que me será entregue para suplicar-me que as convoque, e eu não posso a isso recusar-me, porque o povo tem razão, é muito constitucional, honra-me sobremaneira, e também a V. M., e merece toda a sorte de atenções e felicidade. Sem Cortes o Brasil não pode ser feliz. As leis feitas tão longe de nós por homens que não são brasileiros, e que não conhecem as necessidades do Brasil não poderão ser boas.

“O Brasil é um adolescente que diariamente adquire forças. O que hoje é bom amanhã não serve ou se torna inútil, e uma nova necessidade se faz sentir; isto prova que o Brasil deve ter em si tudo quanto lhe é necessário, e que é absurdo retê-lo debaixo da dependência do velho hemisfério.

“O Brasil deve ter Cortes (...): não posso recusar este pedido do Brasil porque é justo, funda-se no direito das gentes, é conforme aos sentimentos constitucionais, oferece enfim mais um meio para manter a união, que de outro modo breve cessará inteiramente. **Sem igualdade de direito, em tudo e por tudo não há união. Ninguém se associa para ver piorar a sua condição, e aquele que é o mais forte melhor deve saber sustentar os seus direitos.** Eis porque o Brasil jamais perderá os seus, que defenderei com o meu sangue, sangue puro brasileiro, que não corre senão pela honra, pela nação e por V. M.” (pp. 99-101).

Continua na próxima edição

escreveu, quando de sua morte: “... Longe nisto de tantos reis que vivem e expiram sobre o trono, sem que a sua vida seja sentida, sem que a sua morte valha ou uma ocorrência notável, ou uma consideração de momento, D. Pedro de Alcântara, quer durante o curso agitado da sua existência, quer por seu falecimento, abriu o campo a sucessos importantes, e influiu mais ou menos nos destinos do império do Brasil e do reino de Portugal.

“Posto que ainda não seja chegado o tempo em que a voz imparcial da história se faça escutar a seu respeito, nos países ao leme de cujos negócios existiu; o tempo em que os diversos movimentos de afeição ou de ódio deixem de influir no juízo que se forma desse Príncipe; todavia a religião da campa que cobre seus restos, reclama hoje que não se lhe insulte a memória, e que se recordem mesmo algumas boas qualidades suas, os serviços que prestou à causa da humanidade, da civilização e da liberdade em ambos os Mundos.

“Agora que o nome de d. Pedro deixou de ser o estandarte de uma facção que ameaçava o futuro e a glória do nosso país, podemos dizer afoitamente que o ex-imperador do Brasil não foi um príncipe de ordinária medida; que existia nele o germen de grandes qualidades que defeitos lamentáveis e uma viciosa educação sufocaram em parte; e que a Providência o tornou um instrumento poderoso de libertação, quer no Brasil, quer em Portugal. Se existimos como corpo de Nação livre, se a nossa terra não foi retalhada em pequenas repúblicas inimigas, aonde só dominasse a anarquia e o espírito militar, devemos-lo muito à resolução que ele tomou de ficar entre nós, de soltar o primeiro grito de nossa Independência” (cf. **Aurora Fluminense**, ed. 05/11/1834).

O trecho é bem característico de como parte importante dos homens da Independência – no caso, um adversário político tanto de José Bonifácio quanto de José Clemente Pereira – concebiam a figura histórica de D. Pedro.

Doze anos antes, D. Pedro musicara um poema de Evaristo da Veiga, compondo o atual “Hino da Independência”. Uma das estrofes menos conhecidas

dessa letra, a terceira, diz: “*O Real Herdeiro Augusto/ Conhecendo o engano vil,/ Em despeito dos Tiranos/ Quis ficar no seu Brasil./ Em despeito dos Tiranos/ Em despeito dos Tiranos/ Quis ficar no seu Brasil*”.

Mas isso foi em 1822. Depois da dissolução da Constituinte, no ano seguinte, Evaristo se tornara mais e mais opositorista. Por isso, sua afirmação de que “o ex-imperador do Brasil não foi um príncipe de ordinária medida” tem bastante importância.

## AO PAI

Além de seus atos – inclusive aqueles que foram, na sua época e depois, discutíveis – o melhor documento que demonstra essa extraordinária medida são suas cartas ao pai, D. João VI, no período da Revolução da Independência.

A 2 de janeiro, sete dias antes do “Fico”, D. Pedro comunica a seu pai – e remete a ele – a representação dos paulistas, escrita por José Bonifácio, entregue ao príncipe, na noite do dia anterior, por um emissário especial.

Na noite do Dia do Fico, 9 de janeiro de 1822, D. Pedro escreveu outra vez ao pai:

“... no dia de hoje às dez horas da manhã recebi uma participação do senado da câmara pelo seu procurador, que as câmaras reunidas, e me pediam uma audiência: respondi que ao meio dia podia vir o senado, que eu o receberia; veio o senado, que me fez uma fala mui respeitosa, de que remeto cópia (junta com o auto da câmara) a Vossa Majestade, e em suma era, que logo que desamparasse o Brasil, ele se tornaria independente; e ficando eu, ele persistiria unido a Portugal. Eu respondi o seguinte: *Como é para bem de todos, e felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao povo, que fico.*

“O presidente do senado o fez, e o povo correspondeu com imensos vivas, cordialmente dados, a Vossa Majestade, a mim, à união do Brasil a Portugal, e à Constituição: depois de tudo sossegado, da mesma janela, em que estive para receber os vivas, disse ao povo: *Agora só tenho a recomendar-vos união, e tranqüilidade;* e assim findou este ato” (cf. op. cit., pp. 47-48).

## ENTEADOS

A 26 de abril, chegando

de Minas Gerais, escreve D. Pedro a seu pai:

“Por cá vai tudo mui bem, se lá [em Lisboa] formos considerados como irmãos, tanto melhor para um como para outro hemisfério; mas se o não formos, ir-nos-á melhor a nós, Brasileiros, que aos Europeus malvados, que dizem uma cousa, e tem outra na coração” (p. 95).

Apenas dois dias depois, na carta de 28 de abril, o tom é mais rascante:

“Peço a V. M. que mande apresentar esta às Cortes Gerais, para que elas saibam, e a opinião brasileira, e a de todo o homem sensato, que deseja a segurança, e integridade da Monarquia, é que haja aqui Cortes Gerais do Brasil, e particulares relativamente ao Reino Unido, para fazerem as nossas leis municipais.

“V. M., quando se ausentou deste rico, e fértil país, recomendou-me no seu real decreto de 22 de Abril do ano próximo passado, que tratasse os Brasileiros como filhos, eu não só os trato como tais, mas também como amigos; tratando-os como filhos, sou Pai; e tratando-os como amigos, sou outro; assim quaisquer destas duas razões me obrigam a fazer-lhes as vontades razoáveis, esta (de quererem Cortes como acima fica dito) não só é razoável, mas útil a ambos os hemisférios, e assim os as Gerais nos concedem de bom grado as nossas particulares, ou então eu as convoco, a fim de me portar, não só como V. M. me recomendou, mas também como tenho buscado, e alcançado ser, que é *defensor dos direitos natos* de povos tão livres, como os outros, que os querem escravizar.

“Se há igualdade de direitos, e somos irmãos, como o proclamaram, concedam (que não fazem favor, antes nós de lho pedirmos); quando não, nós a buscaremos (não nos sendo difícil encontrá-la) porque não é justo que uns sejam reputados como filhos, e outros como enteados, sendo todos nós irmãos, e súditos do mesmo grande Monarca que nos rege” (pp. 97-98).

## DEFENSOR

Nesta carta de D. Pedro, ele já se considera, em abril de 1822, mais brasileiro que português. Mas é na carta de 21 de maio de 1822, ao saudar o pai pelo aniversário (D. João VI completara 55 anos a 13 de maio), que D. Pedro explicita